



ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses
Volume 73

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE,
TRANSIÇÃO E MUDANÇA

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

73

Ano de Edição

2022

Ano Associativo AAP

2021

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

Inscrição paleocristã, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (fotografia de José Paulo Ruas)

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

- 5 Editorial
José Morais Arnaud
- A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA**
- 9 Encontro Internacional: *A Península Ibérica entre os Séculos V e X – Continuidade, Transição e Mudança*.
Apresentação
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 11 Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval
António Manuel S. P. Silva, Manuel Luís Real
- 37 Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais
Lídia Fernandes, Marco Calado, Carolina Grilo
- 47 Defensa de la muralla augustea de Emerita
Miguel Alba
- 67 Troia e a ocupação tardo-antiga no baixo vale do Sado
Ana Patrícia Magalhães
- 83 Da luz e das sombras. O caso da *villa* da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira) e a desestruturação da paisagem rural antiga
André Carneiro
- 97 A cidade romana de Balsa – novas e velhas evidências do período final da cidade
João Pedro Bernardes, Vítor Silva Dias
- 107 Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia
Virgílio Lopes
- 121 O Castro S. João das Arribas. Novos dados para a longa história nas Arribas
Mónica Salgado, Pedro Pereira, Susana Cosme
- 131 A ocupação tardo-antiga e alto-medieval no concelho de Santa Comba Dão (Viseu)
Pedro Matos, Helena Catarino
- 143 *Olysipona*, entre o Império e o Islão
Jacinta Bugalhão
- 157 El paisaje humano del territorio emeritense entre los siglos V al X
Bruno Franco Moreno
- 169 O que nos dizem do século VIII (algumas fontes coevas)
João António Ferreira Marques
- 177 Campesinos del entorno de Toledo en época emiral temprana (inicios s. VIII a mediados s. IX d.C.)
Alfonso Vigil-Escalera Guirado
- 187 Poblamiento emiral en el Garb al-Andalus
Susana Gómez Martínez
- 207 A presença cristã antiga e os primeiros tempos islâmicos no Castelo de Silves
Rosa Varela Gomes
- 221 Continuidad y cambio en la producción y consumo de la cultura material en Córdoba: siglos VII-X
Elena Salinas

- 235 Reflexiones sobre el mundo rural mozárabe. Materialidad, rituales y hábitos del poblado y cementerio de Tózar, Granada
Luca Mattei, Cristina Martínez Álvarez
- 245 Casa Branca, uma aldeia alto-medieval dos arredores de Évora
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Telmo Pinheiro Silva
- 265 Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica
Elena Salinas, Carmen Iñiguez, M^a. José Gonçalves, Susana Gómez

ARTIGOS

- 275 Lisboa pelos olhos de Endovélico: o potencial de uma base de dados para o conhecimento das populações passadas
Filipa Neto, Cristina Barroso Cruz
- 285 Instrumentos Cirúrgicos Romanos na Quinta de Crestelos (Meirinhos-Mogadouro)
Luísa Batalha, Aaron Lackinger, Enrique Paniagua Vara, Sérgio Simões Pereira

COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

- 299 Apresentação – Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 303 Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior
Ana Margarida Ferreira
- 307 Tavares Proença Júnior e a Covilhã – um trabalho por acabar...
Carlos Manuel Dias Madaleno
- 315 Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho do Fundão. Inventários arqueológicos do Concelho do Fundão: de Francisco Tavares de Proença Júnior a 2016
Joana Bizarro
- 323 Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016
Sara Ferro
- 331 Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior
Elisabete Martins Robalo

RELATÓRIOS

- 341 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2021
José Morais Arnaud
- 347 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 353 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021. Plano de Actividades para o Ano 2022
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 355 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2021
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 359 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2021
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 361 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3^o milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2021
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO NO PERÍODO TARDO-ANTIGO E ALTI-MEDIEVAL

António Manuel S. P. Silva¹, Manuel Luís Real²

¹ CITCEM, Univ. do Porto / amspsilva@hotmail.com

² CITCEM, Univ. do Porto; IEM, Univ. Nova de Lisboa / manuelluisreal@gmail.com

Resumo

É ensaiada uma revisão dos dados arqueológicos e das fontes historiográficas relativas à vida da cidade do Porto entre os finais do domínio romano e o início do séc. XII, focando as alterações do poder político-militar e eclesiástico, assim como as transformações ao nível do povoamento e de aspetos da cultura material. Ao longo desses séculos, iluminado por escassas fontes escritas e por um registo arqueológico muito pontual, o núcleo urbano de *Portucale* – situado estrategicamente no eixo viário que ligava *Olissipo* a *Bracara* e servindo de porto de abrigo nas rotas marítimas, em recuperação ao longo da Alta Idade Média – acabou por afirmar a sua importância regional e jogar um papel decisivo no processo da fundação de Portugal, enquanto nação. Destacam-se os principais elementos da topografia histórica da cidade, na sua relação com um quadro geográfico mais amplo, onde os seus interesses e articulações podem ser melhor compreendidos.

Palavras-chave: Porto, *Portucale*, Tardo-antiguidade, Alta Idade Média.

Abstract

This paper attempts to review the archaeological data and historiographical sources associated with life in Oporto city from the late period of Roman rule to the beginning of the 12th century, focusing on changes in political-military and ecclesiastical power, as well as on population shifts and changes in certain aspects of material culture. Throughout these centuries, as shown by scarce written sources and a very sparse archaeological record, the urban settlement of *Portucale* – which was strategically located on the main road that connected *Olissipo* to *Bracara* and served as a port of refuge on maritime routes, witnessing a recovery throughout the High Middle Ages – ended up affirming its regional importance and playing a decisive role in the process of the foundation of Portugal as a nation. The main elements of the city's historical topography are highlighted in their relationship with a broader geographical framework, thus allowing the interests and points of articulation of the city to be better understood.

Keywords: Porto, *Portucale*, Late Antiquity, High Middle Age.

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980 que a arqueologia urbana tem vindo a revelar crescentes elementos sobre o passado da cidade do Porto, multiplicando-se exponencialmente as intervenções a partir dos começos deste século, em consequência do incremento das operações urbanísticas motivado, em particular, pela circunstância do Porto ser actualmente um destino turístico de eleição. Não obstante isso, a grande maioria das intervenções arqueológicas (que ascendem já a mais de dois milhares) correspondem a ações de salvaguarda, prévias às operações urbanísticas. Neste contexto, os trabalhos resumem-se quase sempre a sondagens arqueológicas de pequena extensão ou a simples acompanhamento arqueológico de obras, pelo que são relativamente poucos os casos onde se pode recolher substancial informação planimétrica ou estratigráfica. Do mesmo modo, sendo os custos das intervenções suportados pelos promotores urbanísticos e sendo os respectivos orçamentos, de ordinário, minimalistas, os estudos monográficos e a análise dos materiais provenientes das escavações são praticamente inexistentes (Silva, 2022: 118-129).

Com esta nota introdutória e pelas razões apontadas, recordamos que não estamos ainda em condições, de apresentar ou discutir contextos estratigráficos seguros, séries de material arqueológico e, muito menos, estruturas arquitectónicas evidentes que possam relacionar-se com o longo período temporal que seleccionámos. Este medeia entre os começos do século V e os princípios do século XII. Ou seja, desde a instalação de grupos populacionais, exteriores aos limites do agonizante Império Romano, modificando a ordem político-administrativa vigente, até à nova reorganização dos poderes resultante da expansão da monarquia astur-leonesa e que desencadeou o processo que viria a dar origem ao Reino de Portugal. Em suma, começamos com o primeiro reino cristão do ocidente construído nas ruínas do Império, o dos Suevos, para concluir nas vésperas da formação da nacionalidade.

2. O PERÍODO SUEVO-VISIGÓTICO

Como em textos recentes observámos (Real; Silva, 2018; Silva, 2022: 471-514), as fontes escritas que expressamente mencionam *Portucale* ou eventos aí ocorridos durante o período em questão, são muito escassas e resumem-se praticamente a dois documentos, distanciados entre si cerca de um século: a *Crónica* do bispo flaviense Idácio, concluída no ano de

469 ou pouco tempo depois (Silva, 2022: 510); e o *Parochiale* suevo ou *Divisio Theodemiri*, relacionado com as supostas actas do Concílio de Lugo e de redacção provável entre 572 e 582 (David, 1947:68) ou entre 569 e 572, como J. Alarcão (2015) propôs (Silva, 2022: 512).

Na crónica idaciana, a região portuense é mencionada no âmbito dos conflitos e guerras civis ligadas à prisão de Requiário (448-456). Após a derrota deste rei nas proximidades de Astorga, frente ao rei godo Teodorico II (456), Idácio anota que Requiário se teria refugiado no «*locum qui portumcale appellatur*» (Tranoy, 1974, I: 156-7, § 175), ou seja, no sítio «chamado» *Portumcale*. A generalidade dos autores situa-o na actual cidade do Porto, relacionando esta passagem com a menção de um parágrafo anterior da mesma Crónica, segundo a qual, Requiário, ferido, teria fugido do rio Orbigo «*ad extremas sedes Gallaeciae*» (*Idem*: 154, § 173). Em contraponto, Jorge de Alarcão tem vindo a suscitar pertinente discussão sobre o local de refúgio e prisão de Requiário, aventando a hipótese de tal ter ocorrido no núcleo fronteiro, a actual Vila Nova de Gaia. Na verdade, esse ponto «mais extremo» da *Gallaecia* poderia bem ser, na narrativa de Idácio, a cidade de *Bracara*, como aliás deixa claro o parágrafo § 174 da Crónica (*Idem, ibid.*; Diaz, 2011: 130; Alarcão, 2005: 304-5; 2019: 11-2; Silva, 2022: 512). Daí, segundo o citado autor, o rei suevo teria procurado refúgio na margem esquerda do Douro. Requiário é então aprisionado e morto por Teodorico, tendo a maior parte do exército suevo morrido ou sido obrigada a render-se. Sendo certo que não foi ainda nessa altura que «*regnum destructum et finitum est Sueuorum*», como o límico interpretou estes sucessos (Tranoy, 1974, I: 156, § 175), a morte do rei suscitou uma grave crise e a luta pelo poder entre a nobreza sueva. No imediato, Agiulfo e Maldras encabeçaram as principais facções candidatas à sucessão de Requiário, embora não seja consensual o papel e a dominação geográfica de cada um daqueles líderes militares (Real; Silva, 2018: 206). A verdade é que, como informa Idácio, Agiulfo morre em *Portucale*, em 457 (*Idem*: 160-1, § 187) e Maldras passa a discutir a realeza com Framtano, aparentemente situado nos territórios a norte do Douro, ao passo que o seu adversário dominaria na Lusitânia (Díaz, 2011: 84ss.). Nos anos de 458 e 459, grupos às ordens de Maldras saquearam tanto a Lusitânia como a região da margem direita do Douro e, seguindo ainda a Idácio na sua última referência ao Porto, este chefe suevo «*Portumcale castrum idem hostis inuadit*», isto é, invadiu como inimigo o *Portumcale*

castrum (Tranoy, 1974, I: 160-3, § 190, 195)².

Alguns autores sustentam mesmo que, no quadro destes eventos, a capitalidade do reino suevo ter-se-á deslocado de Braga para *Portumcale* (Porto) (López, Lovelle, 1997: 206, nota 11; López, 2004: 42, 94-5) ou, pelo menos, terá sido compartilhada por ambas as cidades (López, Martínez, 2017: 32-33), o que as fontes naturalmente não esclarecem (Silva, 2022: 510-512). Todavia, esta ideia vai de encontro ao aumento de importância estratégica, militar e política da urbe portuense a partir da segunda metade do século V (Díaz, 2011: 131), como veremos a seguir.

No último quartel do século VI, a lista das dioceses e “paróquias” da igreja sueva, o conhecido *Parochiale*, fornece uma controversa informação que tem estado na origem de um prolongado debate (Silva, 2010; 2012: 512-514), ao identificar «*Portucale castrum antiquum*» como uma das sete paróquias da diocese de Coimbra, enquanto «*ad sedem Portugalensem*» registava a igreja principal como localizada «*in castro novo*» (David, 1947: 34-7; Renzi, Mariani, 2020). Traduzindo uma cópia ou versão do *Parochiale* que se encontraria na livraria do mosteiro de Alcobça, Frei Bernardo de Brito (1569-1617) explicita que «a Igreja Catedral do Porto (...) está edificada no Castelo novo dos Suevos», enquanto na jurisdição da «Igreja Conimbricense» se achava «Portugal, o Castelo antigo dos Romanos» (Brito, 1690: 269-270), adjetivação que não se encontra em qualquer das outras fontes do *Parochiale* e na qual Brito sustém a tese da cidade da margem norte constituir uma fundação sueva, o «novo Portugal» contraposto ao «antigo Portugal que floresceu em tempo de Romanos» (*Ibid.*, 272), alimentando uma corrente historiográfica que levou a que durante muito tempo se considerasse «sueva» a cerca muralhada medieval mais arcaica do Porto, questão recentemente abordada (Silva, 2010-2011) e à qual não precisamos de voltar de momento.

A localização do núcleo indígena de *Cale* tem sido objecto de vastíssima discussão, que não pretendemos retomar neste texto, remetendo os interessados para sínteses bibliográficas (Silva, 2010 e, em especial, 2022) ou para as reflexões recentes de J. Alarcão (2019). Retemos, para efeitos práticos, que o povoado que existiu no morro da Sé do Porto e nas zonas baixas adjacentes se designava, pelo menos a partir do século V, como *Portucale* ou *Portumcalem*, na flexão que

surge em Idácio, independentemente de tal designativo poder, ou não, corresponder também ao núcleo da margem esquerda do Douro, como indicia o *Parochiale Suevorum* (Silva, 2022: 471-690, *passim*).

Na transição do século VI para o seguinte, contamos ainda com menções a *Portocale* como centro emissor de, pelo menos, onze exemplares de trientes visigóticos, correspondentes aos reinados de Leovigildo (576-586), Recaredo I, Liuva II, Sisebuto e Suintila (621-631) (Pliego, 2012: 75), surgindo no cunho a variante *Portucale* no período deste último monarca (Correa, 2006: 230; e Barbosa, Miranda, 2006: 188-9). Naturalmente, a generalidade dos especialistas em numária e história visigotas consideram *Portocale* como uma das numerosas cecas da *Gallaecia*, correspondendo à cidade do Porto.

Esgotadas praticamente as fontes históricas coevas, resta-nos compulsar sinteticamente as informações arqueológicas, não tão explícitas como gostaríamos, em grande medida pelas razões apontadas no início deste texto. Na verdade, entre as numerosas centenas de trabalhos arqueológicos realizados no território da cidade do Porto (com especial enfoque na área do Centro Histórico, mas não exclusivamente), contam-se já mais de 150 ocorrências – a maior parte das quais em resultado de sondagens arqueológicas – com vestígios de estruturas construídas ou espólio móvel, correspondentes ao período da ocupação romana (Silva, 2022: vol. 2). Entre estas, são relativamente escassas as que positivamente podem datar-se do Alto Império. Temos assim, um significativo conjunto de achados e locais que os relatórios das intervenções classificam como «tardo-romanos», do «Baixo-Império» ou expressões similares. Em muitos casos, a pobreza do espólio exumado, apenas relativo a materiais de construção e alguma cerâmica comum muito fragmentada, impede maior precisão cronológica. Noutras circunstâncias são a falta de estudo, a própria impreparação de alguns arqueólogos ou as condições minimalistas e inadequadas em que decorrem as intervenções que não permitem rastrear entre o espólio (numária, vidros, *sigillatae* ou material anfórico) os elementos que eventualmente possam sinalizar contextos tardo-antigos (Silva, 2022: 518-582).

São, por isso, raras as escavações arqueológicas feitas no Porto em que tenham sido identificados depósitos estratigráficos ou materiais quantitativamente relevantes, que possam atribuir-se ao período suevo-visigótico. Tal não obsta a que elenquemos algumas das principais (Figura 1), quanto mais não seja para servir de incentivo a estudos futuros.

² Alarcão vê neste qualificativo de *Portumcale castrum* um eventual reforço da interpretação de que este local (o Porto) poderia ser distinto do *locum qui portumcale appellatur*, onde Requiário se refugiou inicialmente (Alarcão, 2019: 12; Silva, 2022: 512).



Figura 1 – Principais sítios arqueológicos com vestígios tardo-antigos mencionados no texto.

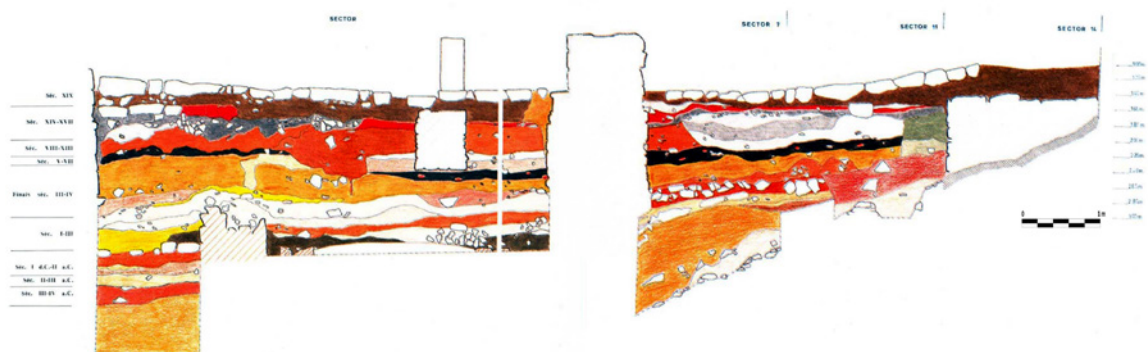


Figura 2 – No arqueossítio da Rua D. Hugo, 5 conserva-se a mais extensa sequência estratigráfica da cidade, do século XX a meados do primeiro milénio a.C. Um conjunto de depósitos (marcados com tom mais escuro no terço superior do corte estratigráfico) correspondem a níveis de destruição datáveis do período tardo-antigo (reprod. de Real; Osório, 1993: 16-7).

As escavações da Rua D. Hugo, nº 5 (1984-1987), para além de constituírem a primeira intervenção de carácter extensivo feita no Porto, continuam a ser as que permitiram registar a mais completa sequência estratigráfica da cidade, desde níveis proto-históricos até ao século XX (Figura 2). Entre os depósitos escavados – mantidos como testemunho num dos perfis conservados – contam-se uma série de níveis atribuídos aos séculos V-VI, nomeadamente a camada 6, uma densa camada de incêndio, com evidências de derrube de telhado que os responsáveis pela escavação associaram mesmo, hipoteticamente, aos conflitos registados no Porto a partir da morte de Requiário e aos quais fizemos menção (Real *et al.*, 1985-1986: 19-20, 26, 31)³. Muito embora não se tivessem identificado estruturas

desta época, não deixa de ser curioso, como foi assinalado, que estes níveis de incêndio e destruição sejam contíguos a um trecho da muralha mais antiga da cidade, de que se encontrou um tramo de paramento interno com datação do séc. III, pelo espólio associado (*Idem*: 19-20; Silva, 2010-2011).

Outro local certamente emblemático para esta época é o da tradicional «Casa do Infante», onde a partir de 1990 e durante mais de uma década se desenvolveu uma das mais amplas escavações feitas na cidade. A diacronia estratigráfica mais antiga não é aqui tão longa quanto no arqueossítio da rua D. Hugo, mas nos níveis basais encontraram-se estruturas, correspondentes a muros ou valas de fundação de paredes de vários edifícios de época tardo-romana (Figura 3). Aquele que se encontra melhor conservado, com orientação NO./SE., mostra uma planta ortogonal ocupando cerca de 24 por 20 metros, com um pátio central rodeado por quatro alas de compartimentos. A ala Norte

³ Hoje em dia, na sequência do estudo aprofundado do espólio desta camada (Veloso, 2020; 2021) julga-se, como mais provável, a existência de vestígios de uma antiga ferraria.

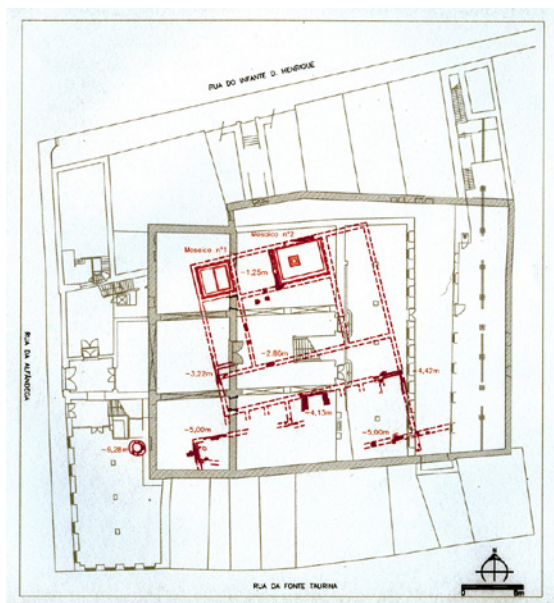


Figura 3 – Ruínas de uma *domus* do Baixo Império, sob a planta da «Casa do Infante» (reprod. de Gomes, 2011).

subdivide-se em quatro espaços, observando-se pavimentos em mosaico policromo em duas salas (Gomes, 2011). Embora estes contextos arqueológicos não se encontrem ainda completamente estudados, foi sublinhado por um dos responsáveis pela escavação que «o espólio que se associa à fase de construção, utilização e ruína destas estruturas concentra-se nos séculos IV a VI», intervalo cronológico aferido particularmente

com base na *terra sigillata* tardia norte africana e focense (Gomes, 2011: 838-839; Real, 2000; Silva, 2011; v. Figuras 4-5), a par dos achados em vidro ou da numismática; podem igualmente datar-se do século IV os pavimentos musivos (Gomes, 2011: 838), se bem que uma fase alto-imperial de ocupação do local deva ser equacionada, mormente pela presença de alguma cerâmica fina daquele período (Gomes, *ibid.*; Silva, 2022: 553-554, 569).

Um achado da maior importância nesta intervenção arqueológica respeita à numismática e consiste na identificação de duas *siliquae* de prata cunhadas em Braga, por ordem do rei suevo Requiário (Cabral, Metcalf, 1997: 43-4, 235-7; Marques, 1998: 107-15; Mendes-Pinto, 1999: 413; Barroca, 2017a), tendo uma delas sido recolhida num contexto de derrube com materiais tardo-antigos (Figura 6). A circunstância de serem provenientes do edifício romano da Casa do Infante dois dos cinco exemplares conhecidos desta cunhagem de Requiário de 453-456, segundo a mais recente revisão do assunto (Barroca, 2017a), sugere fortemente a ocupação daquele espaço como ambiente de elite durante as primeiras décadas do reino suevo.

No quarteirão urbano da Casa do Infante, nos últimos anos, têm vindo a ser intervenções arqueologicamente outros imóveis, situados a Nascente. Destacam-se os afectos a um vasto estabelecimento hoteleiro, que proporcionaram estruturas e espólio de cronologia tardo-antiga ainda praticamente inéditos (Teixeira, 2011) ou ainda com estudos preliminares



Figuras 4 e 5 – Cerâmica fina tardia da Casa do Infante. Taça de TSCD, Hayes 97 (1.ª met. séc. VI); prato de LRC, Hayes, 4 (finais séc. V-inícios VI). Fotos: M. Araújo/DMAH-CMP.



Figura 6 – Uma das duas *siliquae* suevas aparecidas nas escavações arqueológicas da Casa do Infante. Fotos: M. Araújo/DMAH-CMP.

(Nogueira *et al.*, 2017; 2018; 2019). Pela orientação e escala das ruínas identificadas, parece claro que as mesmas se articulam planimetricamente com as exumadas na Casa do Infante, correspondendo talvez a um quarteirão de residências privilegiadas, desde os tempos tardo-imperiais (Silva, 2022: 552-558, *passim*).

Um pouco mais a Norte destes locais, no sopé ou já a meia encosta do morro da Sé, outros trabalhos arqueológicos têm revelado vestígios de cronologia tardo-antiga, como sucedeu por exemplo na Rua de Mouzinho da Silveira, 54-56, onde os responsáveis pela escavação assinalaram a presença de níveis de ocupação e abandono «tardo-romanos ou alto-medievais» (Garcia, Pereira, 2009), na Rua dos Mercadores, 116-122, aqui com referência a cerâmica comum atribuída aos séculos IV-V (Cosme, Abranches, 2006) ou na Rua de Santana, 25, onde se documentou o ângulo de uma construção associada a materiais dos séculos IV-V (Silva, Ribeiro, Barbosa, 2006). A cota superior, a escavação do Largo do Colégio, 9-12 proporcionou importante volume de materiais tardo-antigos e aquela que é, até à data, a única sepultura romana da cidade, feita com base e paredes laterais de *tegulae* e cobertura do mesmo material em duas águas, tipologia que, junto à circunstância de se achar dentro do perímetro da muralha romana, permite atribuir-lhe uma cronologia do século V (Cleto, Varela, 2000; Varela, Cleto, 2001; Silva, 2010: 230, 252)⁴.

Estes elementos, a par de outras referências historiográficas, levaram a que recentemente fizéssemos uma primeira proposta da topografia essencial de *Portucale* na época tardo-antiga, incluindo, além dos edifícios religiosos, as áreas de residência privilegiada ou funções públicas como as dos banhos (Real, Silva, 2018). Em áreas mais afastadas do centro urbano, há evidência de estabelecimentos rurais igualmente de cronologia tardia, como sucede por exemplo junto à Igreja de Lordelo do Ouro, onde se localizou uma extensa área de ruínas ainda em estudo (Nascimento, Delgado, Sousa, 2004; Silva *et al.*, 2021).

Importaria igualmente olhar um pouco para a outra margem do rio, na qual têm vindo a ser identificadas importantes evidências de ocupação tardo-antiga, nomeadamente na área do Castelo de Gaia (Silva, 2017; 2020; 2022: 583-599), embora naturalmente se repliquem aqui os condicionalismos de investigação observados na cidade do Porto. Ainda assim, podem

⁴ Para uma atualização e perspetiva geral sobre a ocupação romana da cidade, veja-se Silva, 2022: em especial as págs. 547 a 690).

destacar-se significativos conjuntos de materiais cerâmicos importados, como ocorreu numa intervenção no antigo espaço de um clube nocturno (Silva, Pina-Burón, Prieto, 2017; Ramos, Carvalho, 2020) ou na igreja do Bom Jesus (Guimarães, 1989; 1995a; 1995b; Ramos, 2017, 2020).

No plano arquitectónico, sublinhe-se o resultado de duas escavações. Nas primeiras, feitas na Igreja do Bom Jesus de Gaia, foram identificadas ruínas de duas construções sobrepostas, caracterizadas como «um edifício paleocristão, violentamente destruído no século VI, sobre o qual [se detectou] a existência de um edifício da Alta Idade Média, também violentamente destruído e incendiado» (Guimarães, 1995a: 132-9). Mais recentemente, numa plataforma a noroeste da elevação do Castelo de Gaia, uma intervenção na Quinta de Santo António pôs a descoberto os muros do que parece ser um vasto templo, com necrópole de sarcófagos e outras sepulturas (Nascimento, Sousa, Silva, 2008), trabalhos entretanto interrompidos pelos condicionalismos do projecto imobiliário que suscitou os trabalhos.

Por fim, um pouco mais a montante no rio Douro, recorde-se o importante complexo arqueológico de Crestuma, que terá constituído, nos séculos V e VI, um fundeadouro complementar à navegação e comércio dos dois núcleos de «*Portucale*» e onde recentes trabalhos arqueológicos evidenciaram relevantes conjuntos de ânforas, *sigillatae* e outras cerâmicas tardo-antigas (Silva, Guimarães, 2013; Silva, 2014; Silva, Pereira, Carvalho, 2015; Silva *et al.*, 2015), assinalando a excepcionalidade de um sítio que se manteria activo em tempos subsequentes, como veremos.

3. DEPOIS DE SUEVOS E VISIGODOS

Após um período de lutas internas, a monarquia visigoda acabou por abrir caminho à conquista árabe da Hispânia. De acordo com Al-Maqqari, o noroeste peninsular – através de Viseu e Lugo – teria sido conquistado por *Mûsâ b. Nusair* e «os cristãos prestaram obediência, avieram-se à paz e ao pagamento do tributo pessoal» (Coelho, 1989: II, 53). Outras fontes atribuem a conquista da região a *Tariq Ibn Zaid*, logo no início da invasão. É um tema bastante inseguro, mas, quanto a *Portucale*, um “Memorial Latino Anónimo” atribui a *Abd al-'Aziz* a conquista de cidade, no ano de 716 (Viguera Molíns, 2000: 126). Sabe-se que a região veio a ser colonizada por populações de origem berbere, se bem que os cristãos continuassem a ser o grupo maioritário. Durante as primeiras décadas, o do-

mínio árabe seria relativamente precário, o que é comprovado pela necessidade de realizar investidas sobre a *Yilliqiyya*, como a que ocorreu em 734-5. E, logo seis anos depois, alastra a grande revolta berbere, cujos chefes reivindicavam, dos governantes omíadas, melhores recompensas para as populações magrebina que estavam a dar apoio à expansão do Islão. A revolta é reprimida no ano 742, mas iria deixar sequelas no domínio árabe do Noroeste. Segundo a cronística asturiana, o recuo forçado da frente islâmica para sul do Douro terá sido aproveitado por Afonso I e pelo seu filho, Fruela, para ocuparem cidades debilitadas na sequência da insurreição berbere, como *Bracara* ou *Portucale* e, desse modo, alargarem consideravelmente as fronteiras do reino ovetense. Esta narrativa é posta hoje em causa, sendo considerada uma invenção com o intuito legitimador da monarquia, ao tempo do Rei Magno (Escalona, 2004).

Apesar de ser incerto o âmbito da expansão asturiana durante aquele período, pode dar-se como segura a fragilidade da implantação árabe na região. É assim que, decorrido praticamente um século sobre estes acontecimentos, voltamos a encontrar o litoral duriense sob pressão. E são dessa altura as primeiras referências históricas relativamente seguras sobre *Portucale*, na alta Idade Média. Tudo terá começado com as revoltas de Mérida dirigidas contra o emir Abd al-Rahman II, entre os anos 830-834 (Manzano, 1991:329). Congregando descontentes de diversos credos e etnias, os chefes da rebelião (o muladí *Sulaymân b. Martín* e o berbere *Mahamud ibn Abd al-Djabbar*) são obrigados a fugir: aquele para os lados de Trujillo e Mahamud em direção à costa atlântica. Segundo Ibn Hayan, depois de deambular algum tempo, o berbere é derrotado próximo de Lisboa, no ano de 839, e empreende depois uma marcha até território cristão, para pedir asilo ao rei Afonso II, o Casto. Este recebê-lo-á, entregando-lhe um castelo «na região do Douro, em direção ao Atlântico» (Barroca, 2016: 36). Embora o corónimo árabe possua um significado mais abrangente do que a tradicional Galécia, é possível que uma algará muçulmana do ano anterior contra a *Yilliqiyya* – que quebra a suposta trégua acordada há quase uma década entre Córdova e Oviedo – seja já o prenúncio de que algo de grave se passaria nesta zona, vindo a facilitar o acolhimento de Mahamud na região do Porto. Mário Barroca, em nossa opinião com acerto, nega que o castelo cedido pelo rei asturiano ao líder berbere possa coincidir com o atual monte de Mafamude, em Vila Nova de Gaia (Barroca, 2017b: 236-8). Na verdade, os três documentos do séc. X

que aludem ao «castro *Mafamudi*» ou «*mons Mahamut*», em território Portucalense, todos eles referem o nome desta fortificação para localizar a *villa* de Aldoar, sita bastante a norte da foz do Rio Douro (LP, 208, 366 e 526). Localizada num fértil vale que a arqueologia está a confirmar como sendo de povoamento muito antigo, tal herdade é descrita, em 944, como tendo pertencido ao pai do monge que (re)construiu a igreja local⁵. A onomástica inserida neste documento ilustra bem a convivência de gente com diferentes raízes linguísticas: latina, germânica e árabe. Mas devemos acrescentar que não nos repugna que o monte de Mafamude, situado na margem esquerda do Douro, possa também ter algo a ver com citado caudilho berbere. Porém, não como o seu reduto principal. É bem possível que este último se localizasse precisamente em *Portucale*, a decadente urbe de origem romano-goda, que, apesar de tudo, continuaria a ser o lugar mais propício para a sua instalação. Na verdade, o chefe berbere, ao tempo súbdito do monarca asturiano, poderá ter-se fixado no Baixo Douro ainda por alguns anos, o que levou H. Livermore (1980) a considerar esta região, no segundo quartel do século IX, como a «colónia de Mahamut». Seguindo tal raciocínio e na mesma óptica do que se pensa acerca do significado do topónimo gaiense, ousamos considerar a presença de um «castro Mafamudi» a norte de Aldoar, como outro possível vestígio da passagem do rebelde berbere por estas paragens. O nome original perdeu-se aí, mas na décima centúria a memória encontrava-se ainda muito viva. Esta fortificação, tal como, certamente, a elevação da margem esquerda do Douro, podiam ter sido atalaias que integravam o sistema defensivo do território administrado por Mahamud.

No citado estudo de Mário Barroca chama-se a atenção para a cartografia dos inícios do séc. XIX, onde se mostra a «presença de uma elevação ao lado da Igreja de S. Martinho de Aldoar, hoje parcialmente anulada pelo desenvolvimento urbano da zona» (Barroca, 2016: 36; *Idem*, 2017b: 235-8, onde este assunto é mais desenvolvido).

Em nossa opinião, o castro de Mafamude referido nos documentos do “Livro Preto”, sob dependência do qual se encontrava a *villa* de Aldoar, deve corres-

⁵ Pensamos que possa ter existido um templo mais antigo, dedicado a S. Martinho, sendo a menção de um segundo orago («*ecclesiam vocabulo Sancti Martini, episcopi, et Sancti Michaeli archangeli*») fruto da devoção por S. Miguel, cujo culto se expande na Alta Idade Média, associado ao avanço das forças cristãs para Sul.

ponder ao chamado monte de S. Gens que deu o nome ao lugar de Custóias, topónimo bem explícito sobre a sua antiga função de atalaia, “custodiando” a foz do rio Leça (Vitorino, 1943)⁶. Praticamente desmantelado pela pedreira que forneceu a construção do porto de Leixões, este monte elevava-se a 137 metros de altitude e serviu de sentinela à costa, para aviso das populações em redor, assim como as do interior, eventualmente, através da Serra do Facho (Aguiar de Sousa). Em 1484, o rei D. João II ordenou que se instalasse (ou retomasse) aí uma atalaia, dotada de um facho para comunicar com a cidade do Porto e com Vila do Conde (Marçal, 1964: 26-27)⁷. Esta ligação ao Porto⁸, potenciada pela proximidade à *via veteris*, poderá ser muito antiga e é significativa a sua documentada relação com S. João da Foz, a cujos moradores incumbia velar no monte de S. Gens (Vitorino, 1943; Marçal, 1964: 26-27). Resta referir que a povoação de Santiago de Custóias está rodeada por uma série de topónimos de origem altomedieval, alguns dos quais de possível raiz árabe, como Almeiriga. Além disso, a uma escassa légua de S. Gens fica o lugar de Cutamas (S. Mamede de Infesta), que invoca precisamente o nome de uma tribo berbere – a dos *Kutama* – à qual poderão ter pertencido os seguidores de *Mahamud ibn Abd al-Djabbar*.

A concessão do Douro inferior a Mahamud parece ter tido uma razão estratégica, favorável para a monarquia asturiana, já que servia de tampão para eventuais investidas muçulmanas sobre o Noroeste, a partir de Coimbra ou Viseu, e possibilitaria uma melhor vigilância da costa. A presença do chefe berbere nestas paragens veio a ser interrompida inesperadamente, pois foi morto nos arredores de Lugo (840 d.C.), por se ter posto em contacto com o emir de Córdoba e o rei asturiano temer que estivesse a cometer alguma deslealdade. É possível que remonte ao mesmo período a criação da *Almenara* ou *Almeara* do Canidelo, sobre a

⁶ É de referir que Mário Barroca, não obstante isolar um *Castro Mařamudi* na freguesia de Aldoar, acaba por considerar a *villa Alduari* integrada no espaço territorial do castelo de Custóias (Barroca, 2017b: 235).

⁷ Aparentemente, as ruínas de um baluarte terão chegado ainda ao século XX. Cfr. Barroca, 2017b: 235-6; Pires, 2018: 104-5 e, em especial, a ficha de carta arqueológica sobre São Gens (código de inventário nº 1101) que nos foi gentilmente facultada pelo Gabinete de Arqueologia do Município de Matosinhos.

⁸ Eventualmente através do estratégico Monte Cativo, já sinalado em 1120, como eminência limítrofe do couto do Bispo («*Montem Cautivis*» – DR 53).

barra do Douro (Figura 9) e que aparece documentada já em 1145 (BF 26; vd. também 13 e 245). A navegação atlântica nunca se chegou a extinguir completamente e, tanto a pesca, como o transporte de cabotagem, continuavam a exigir sinalização a partir da costa. Por outro lado, o mar não era apenas usado por árabes e galaico-asturianos. No séc. IX começaram a aparecer no horizonte as embarcações vikings, com tripulações aguerridas, que viviam da pilhagem e do resgate de prisioneiros. O primeiro contacto conhecido data de 844 d.C., quando a costa atlântica foi cruzada por uma frota de 80 navios que se dirigiram a Lisboa e Sevilha (segundo Ibn Idhari), não sendo de rejeitar a eventualidade – não documentada – das embarcações terem entrado no rio Douro, na mira do saque (Pires, 2017:62-7).

É provável que a construção de um *ribat* muçulmano, junto à barra do Douro, tenha surgido precisamente nesta altura. O topónimo “Arrábida”, na margem direita do rio, induz a concluir que aí existiu um complexo religioso de origem islâmica, que, ao mesmo tempo, serviria de posto de observação fronteiriço (Barroca, 2016: 36)⁹. O assassinato de Mahamut pode ter enfraquecido a posição avançada do reino astur na costa atlântica e sabe-se que, devido às incursões normandas, as autoridades cordovesas estenderam ao longo da costa múltiplos conventos de monges guerreiros, que serviam de atalaia contra qualquer incursão inimiga. A situação instável de *Portucale* ter-se-á agravado com a presúria de Tui pelo conde Afonso Betoetes, em 854. Quatro anos depois, os vikings voltam a pilhar a costa da Galiza, sendo derrotados pelo conde Pedro [Theon]. E uma parte deles deve ter seguido depois para sul, dado que, segundo a *Crónica Profética*, Lisboa é atacada no Verão do mesmo ano (Pires, 2017: 67-70). Também entre 858-859 terá sido aprisionado, por guerreiros normandos, o muladi *Sa’dun Ibn Fath al-Surunbâqui*, cujo resgate foi pago por um judeu (González, 2014: 245, 274 e Rei, s.d.). Não se sabe em que condições foi tornado refém, mas, duas décadas mais tarde, ele encontra-se instalado em *Portucale*, como súbdito do rei Afonso Magno.

A presúria de *Portucale* por Vímara Peres parece ser, por conseguinte, mais complexa do que a historiografia tradicional nos dá a entender. Ela dá-se quando ainda o rei Magno tinha pouco mais de um ano de

⁹ De modo algum pode ser atribuído ao período de Almançor, pois o caudilho árabe, não obstante se ter servido da cidade de *Portucale* durante os preparativos do assalto a Santiago de Compostela, nunca chegou a controlar militarmente o Baixo Douro.



Figura 7 – Portal principal da igreja de São Martinho de Cedofeita. Epígrafe setecentista evocando uma anterior inscrição fundacional. Foto: M. Real



Figura 8 – Igreja de São Martinho de Cedofeita. Interior da capela-mor. Foto: M. Real



Figura 9 – Dominando a foz do Douro, as elevações da Arrábida, a norte, e da Alumiara na margem sul, podem conservar a memória toponímica dos tempos de ocupação muçulmana da região (pintura de J. Holland, reprod. de Harrison, W. H. – *The tourist in Portugal*. London: Robert Jennings: printed by Maurice, Clark, and Co., 1839).

governo. Após o falecimento de seu pai, Ordonho I, o príncipe Afonso teve de fugir de Oviedo devido ao golpe do conde de Lugo, Froila Bermudes. Sufocada a revolta, Afonso III é coroado em finais de 866 e, logo

no ano seguinte, teve de fazer face à rebelião dos Vascos. Ao mesmo tempo, o emir Muhammad, querendo aproveitar a débil situação do jovem monarca, envia um poderoso exército comandado pelo príncipe herdeiro al-Mundir. O rei asturiano alcança, porém, a sua primeira grande vitória. Por isso, o ano de 868 d. C. será crítico, tanto para o monarca cristão, como para o próprio emir que, para além de derrotado nas veigas de Leon, passou a confrontar-se com o reinício das sublevações muladis, a partir de Mérida.

Atendendo ao contexto, é de admitir que a surtida de Vímara Peres sobre *Portucale*, se bem que associada à política de presúrias levadas a cabo pela monarquia asturiana, possa ter correspondido a uma atitude algo espontânea da parte do nobre galego, que, na notícia analística do evento, nem sequer é nomeado “conde”, ao contrário do que sucederá – na mesma fonte – com o presor de Coimbra, figura de destaque na corte de Oviedo. É também incerto o papel do rei anos mais tarde, que está em *Vama* (actualmente Bama, na Galiza) quando morre Vímara Peres, não se sabendo se por morte natural ou assassinado. E é de lembrar que um irmão do presor Portucale, Hermenegildo Peres, irá liderar uma das principais rebeliões contra Afonso Magno. A suspeita de uma acção autónoma por parte de Vímara adensa-se pela constatação da provável retirada do governo de *Portucale* à linhagem dos “Vimaranis”. Tal função terá sido entregue a Hermenegildo Guterres, que num documento relativo ao ano de 899, é designado como «comes Tude et Portucale» (ES 14: 442; Sánchez, 1981: 517-29).

É enigmático, porém, o papel de *Sa’dun al-Surubâqui* na apropriação definitiva de *Portucale* para o lado cristão. O certo é que, segundo fontes árabes, ele estava mais tarde sediado em *Burtuqâl* (*Portucale*) com seus companheiros e sob a protecção de Afonso III, apesar deste ter chegado a desconfiar da sua lealdade¹⁰. De facto, em 874-875, quando Ibn Marwân –

¹⁰ É altura de desfazer uma confusão sobre a hipotética mesquita referida pelo anónimo de Rabat e aceite por Garcia Domingues, que a relaciona com a cidade de *Portucale*. No *Dhikr Bilad al-Andalus* diz-se que «Portugal é uma cidade muito antiga...[e] existiu nela uma grandiosa mesquita aljama, transformada pelos cristãos quando dominaram a cidade». Concordamos com António Rei quando afirma tratar-se de um equívoco do autor árabe, ao querer referir-se a Coimbra, a capital do reino de Portugal desde Afonso Henriques, senão mesmo, episodicamente, com o conde D. Henrique. Na verdade, logo a seguir o texto acrescenta que era a capital do cristão *Al-Rink al-Rumi*, ou seja, de «Henrique, o Romano [=Cristão]» (Rei, 2009: 499). Acresce que a referência a certas árvores de fruto, nomeadamente à amendoeira, é pouco compatível com o clima portuense.

outro caudilho muladí, seu aliado – se viu sob cerco de forças omíadas, no castelo de Alanje, e pediu auxílio a al-Surunbâqui, este só saiu para o socorrer depois de alcançar autorização do rei Magno (Manzano, 1991: 190,196-201). A circunstância de *Portucale* funcionar na década de 70 como protetorado entregue a um muladí, faz crer que a corte asturiana voltou a socorrer-se de forças rebeldes contra o emir, conferindo-lhes funções de guarda avançada na fronteira duriense. E o facto de isso estar a acontecer depois da morte de Vímara Peres (873 d. C.), pode até entender-se como uma eventual solução de recurso, para preencher temporariamente o vazio gerado pela ausência de uma liderança no condado.

A estabilização do governo condal – na hipótese, mais que provável, do afastamento dos “Vimaranis”¹¹ – só parece estar resolvida com a nomeação de Hermenegildo Guterres para *dux* regional (a. 883). É possível que o conde estivesse então assessorado, como *tenens* em *Portucale*, pelo seu filho Gutterre, que se terá provavelmente estabelecido em Salas, na região de Santo Tirso. Não é por acaso que datam também dessa altura as primeiras referências a bispos portuenses: Justo (881-886?) e Froarengo (890? -918). No séc. X, até finais da década de cinquenta, conhecem-se ainda os nomes dos bispos Hermogio, Ordonho e Visando (?) e Diogo.

Pela mesma época, na margem esquerda do Douro está documentado o mosteiro de Santa Marinha, talvez já em 947¹². Confirmando o que já se sabia de época sueva, a arqueologia parece testemunhar a importância

da colonização das duas margens, cujo enquadramento socio-económico e religioso estaria assegurado por uma rede precoce de comunidades religiosas. São de assinalar, do lado sul, confirmações arqueológicas na já mencionada igreja do Bom Jesus (Guimarães, 1989; 1995a; 1995b) e no complexo religioso descoberto na Quinta de Stº António (Nascimento, Sousa, Silva, 2008; Silva, 2017:107, 114-16), ambos locais em redor do castelo de Gaia. Na área urbana do Porto devem apontar-se, antes de tudo, os vestígios encontrados na Sé Catedral e a parte inferior da cabeceira de S. Martinho de Cedofeita, igreja antiquíssima, mas apenas documentada em 1087 (Figura 7). Existem ainda indícios seguros em Stº Ildefonso¹³, S. Pedro de Miragaia, S. João da Foz, S. Martinho de Aldoar (mosteiro doc. em 944) e S. Salvador de Campanhã (mosteiro doc. em 1058 e 1072). Relativamente a Miragaia, apenas se conhece uma imposta pré-românica, que reproduz claramente o modelo asturiano (Real, 1984: 30-32), e um inédito elemento de fresta com arco em ferradura (Figuras 10-11)¹⁴. No interior do castelo da Foz apareceram os fundamentos da primitiva igreja paroquial, de uma só nave e cabeceira rectangular, cuja primeira fase remontará à Alta Idade Média (Osório, 1993: 25-33). Junto a este local existe a Praia do Ourigo, nome derivado do antropónimo “Honorigo”, bem documentado no século XI. Tratar-se-á possivelmente de Honorigo Gonçalves (1057-1061), filho de Gonçalo Viegas de Marnel e, pelo lado de sua mãe, Toda, neto de Gonçalo Trastamires da Maia. Estas duas linhagens estiveram aliadas, desde o reinado de Afonso V de Leão, no esforço de reconquista das cidades de Viseu e Coimbra, pelo que não é de admirar certa ligação de um dos herdeiros da casa de Marnel à Foz do Douro, senhorio maiato que irá ser doado ao mosteiro de Santo Tirso.

Merecem nota os achados altomedievais da Sé Catedral, cuja basílica devia possuir três naves. Delas podem ter chegado até nós as suas quatro colunas¹⁵, embora os primeiros estudos não as relacionassem com este período (Brandão, 1963; 1964; Silva, 2010:

¹¹ Sobre este assunto vd. Real, 2018: 308-10 e 313-14.

¹² Assim o considera Domingos A. Moreira, mas aceita a data de 897 d.C. (Moreira, 1989-1990: 42). Trata-se do célebre diploma referente à fundação de vários mosteiros, por Gondesindo Eris, cuja data foi revista por Almeida Fernandes (937) e Sanchez Albornoz (947). José Mattoso opta pela cronologia avançada pelo investigador espanhol (Mattoso, 1981: 129), enquanto A. de Almeida Fernandes considera o DC 12 “de data errada, com toda a evidência, devendo ser de 937” (Fernandes, 2001:155). Deve acrescentar-se, porém, que não nos parece segura a identificação *supra*, pois a passagem do documento de Gondesindo Eris refere-se expressamente à “villa abientes” (Avintes). É certo que o orago da igreja de Avintes, desde a baixa Idade Média, não era dedicado aquela santa, mas sim a S. Pedro. Daí a tentativa de identificar com o templo de Gaia «o *monasterium in ipsa uilla uocabulo sancta marina*». Por sua vez, sem de todo rejeitar esta identificação, José Mattoso alerta para a possibilidade de o documento de 947 poder estar a referir-se a Sª Marinha de Crestuma, situada a menor distância da actual povoação de Avintes (Mattoso, 2002: 53-54). De qualquer forma, a igreja de «Sancta Marina de Purtugal» já figura num documento de 1116, citado pelo mesmo Domingos Moreira (*Idem, ibid.*).

¹³ Cabeceiras de sepultura com marcação de uma cruz ladeada de alfa e ómega, que são descritas no *Anacrisis Historial*, obra setecentista de Manuel Pereira de Novais (1913: 185).

¹⁴ Fotografado por um dos signatários na parede de uma casa da Rua Arménia, próximo da igreja, e que desapareceu após a respectiva obra de restauro.

¹⁵ Em território português conhece-se a planimetria de algumas basílicas coevas com três naves – Lourosa, Balsemão e Prazo – cuja aula dispõe apenas de dois pares de colunas (Real, 2018: 316-7).



Figuras 10 e 11 – Imposta e fresta com arco em ferradura, identificadas nas imediações da igreja de Miragaia. Fotos: M. Real.



Figuras 12 e 13 – Capitel moçárabe da igreja de Cedofeita e colunelo localizado perto da sé catedral. Fotos: M. Real e F. Noronha/DMPC-CMP.

248). É provável que tenha aparecido também uma parte da cabeceira, nas escavações arqueológicas dirigidas por J. Arguello, P. Dórdio Gomes e M. Capela, mas não foi possível confirmá-lo com total segurança, devido à escassez da área escavada (Gomes, 2005: 28-9; Real, 2017: 49-50). Mas o que mais se destacaria, neste templo, era o uso de colunas e capitéis em calcário (Real, 2017: 51-2), uma característica que fez escola na região. Nas imediações da Sé encontrou-se um fragmento dessas colunas, decorado com laçaria, e na igreja velha de Cedofeita sobreviveram dois capitéis¹⁶, seguramente integrados na mesma corrente (Figuras 12-13). Trata-se de um fenómeno importado

¹⁶ A fase mais antiga da actual igreja românica corresponde ao edifício sagrado em 1087, pelo bispo de D. Pedro, mas os capitéis estão reutilizados. Nem se ajustam bem ao diâmetro das semi-colunas. E foram, mais tarde, copiados em granito, no alto da nave.

do sul moçárabe, não apenas no que diz respeito à matéria prima – o calcário brando – mas também pela sua notável decoração, inspirada na arte omíada. A importância que lhe era reconhecida nos alvares da nacionalidade explica o facto de os escultores românicos da região terem continuado a copiar, no granito, os mesmos motivos ornamentais (Real, 2017: 47-57).

Admitimos que, nos derradeiros anos do reinado de Afonso Magno, quando o seu poder definhava perante a pressão dos respectivos filhos, Lucídio Vimaranes tenha ascendido ao governo de *Portucale*. Exige cuidada análise o documento da concessão de dote à igreja de S. Miguel de Negrelos (DC 5 e LM 65). O diploma vem erradamente datado de 870 d.C., no “Livro de Mumadona”, mas não sabemos se tal terá sucedido apenas por confusão com a data da presúria da *villa*, por acção de Fromarigo, Xelemondo, e respectivas mulheres. O certo é que tal documento não deve ser anterior a 897, ano em que, pela primeira vez,

aparece o bispo Gomado¹⁷. Para além da dedicação do templo ter tido lugar ainda em vida de Afonso III e sendo conde Lucídio Vimarani¹⁸, chama a atenção a circunstância de o sagrante ser o bispo de Viseu, havendo titular na cátedra portuense (Froarengo). Braga não tinha bispo residente, desde a transferência da sede para Lugo. Em contrapartida, está comprovada a estreita relação da estirpe vimaranense a Viseu-Lafões e Lucídio era próximo de Gomado, a quem fez doação da igreja de Formoselha (Montemor-o-Velho), em 915. Deve ainda ter-se em atenção que o conde Lucídio, após um período em que praticamente desaparece da documentação oficial, apenas surge em 910 como *tenens* em Lugo. E, logo no ano seguinte, ele figura em posição de destaque, ao lado de Ordonho II na *congregatio magna* de Aliobrio, e é nomeado *previsor* dos termos de Dume (Mattoso, 1981:107), decerto por estar já investido em novas funções na terra Portucale.

Estamos assim tentados a arriscar o período entre 905 e 910 para a datação do documento da *villa* de Negrelos (hoje S. Miguel do Paraíso)¹⁹. Esta herdade situava-se junto ao rio Ave, no conc. de Guimarães, fazendo parte do «*territorio bracharensis urbium portuga-*

lensis». É de realçar este detalhe coronímico, já que, ao sentir da época, o lugar de Negrelos integrava território bracarense, que hierarquicamente dependia da urbe de *Portucale*. Quanto ao topónimo “Guimarães”, parece derivar mais de *Vimaranis*, do que de *Vimara*. Embora o uso do genitivo não possa ser totalmente afastado do nome do presor de *Portucale*, a verdade é que nenhum documento o liga objectivamente a Guimarães. Assim, estamos em crer que tal relação se ficou a dever a seu filho, o conde Lucídio, no momento em que terá conseguido recuperar, para a sua estirpe, o governo condal de *Portucale* e decidiu mudar-se para o interior do território. Como uma das razões da transferência da sede do condado para Guimarães tem sido invocado o medo das incursões normandas. Sem rejeitar completamente tal argumento²⁰, parece-nos mais relevante o simbolismo da aproximação à antiga sede metropolitana²¹, com o cuidado de não afrontar a autoridade dos bispos de Lugo e os interesses da Igreja Compostelana, que por doação régia recebera já, em Braga, diversos bens de grande significado religioso. Por outro lado, a *villa Vimarani* encontrava-se estrategicamente bem situada, no eixo viário que ligava o norte da Galiza a Viseu e a Mérida, na altura mais importante do que a via do litoral. Jorge Alarcão coloca a hipótese de Rodrigo ou Alvito Lucides, terem sucedido a seu pai no governo Portucale (Alarcão, 2019: 19-20). Mas a sede do condado só ficará consolidada, em Guimarães, com Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias, que constroem o seu paço em S^a Marinha da Costa e a condessa, já viúva, funda o mosteiro de S^a Maria e manda erguer o castelo de S. Mamede. A partir deste momento, a linhagem dos condes de *Portucale* passou, por via varonil, à descendência de Afonso Betotes, sendo mesmo «provável que os territórios entre a Ria de Vigo e o Vale do Lima tenham sido aglutinados a *Portucale* numa única jurisdição política» (Ferreira, 2016: 91).

¹⁷ A conclusão é de M. Carriedo Tejedo, que fez a revisão sistémica dos episcopologios portugueses nos sécs. IX e X. Além disso, consegui eliminar as confusões existentes a respeito do bispo Gomado, determinando que apenas foi bispo em Viseu, entre 897-912 (Carriedo, 1998-99: 320-1 e 379, n.123).

¹⁸ O texto do diploma é algo ambíguo neste ponto. Em nossa opinião, o conde é aqui mencionado, não enquanto presor da *villa*, mas antes como a autoridade regional quando se dá a sagração do novo templo. Lucídio reaparece como conde no discutido documento de 922, segundo o qual Ordonho II visitou o bispo Gomado, que se retirara para o mosteiro de Crestuma. Carriedo Tejedo, citado na nota anterior, não põe em causa a data do documento. Mas além de defender que Gomado era bispo resignatário de Viseu, propõe que a visita de Ordonho terá ocorrido antes de 917, talvez mesmo em 915. O autor não deve estar longe da verdade, posto que na cúria régia de Aliobrio, em 911, Gomado já estaria debilitado, pois nota-se a sua ausência, ao contrário dos bispos de Coimbra e Portucale. E tem, assim, credibilidade a razão da visita de Ordonho, atendendo à documentada ligação entre Lucídio Guimarães e o bispo Gomado – como a seguir se verá – e ao respeito que o monarca teria pelo velho prelado, que não pôde comparecer à sua primeira reunião magna em território portucale, enquanto rei da Galiza.

¹⁹ Sánchez Albornoz situa este documento entre 880-905; Torquato de Sousa Soares alarga o leque cronológico entre 873-905; e Avelino J. da Costa aceita a data de 880 (Costa, 1997-2000: vol.2, 145, nota 101). Para M. Rubén Garcia Alvarez, a menção do bispo Gomado, a cronologia pessoal de Lucídio Vimarani e «dada la forma de estampar la era», tal documento deverá ser do ano 905 (Garcia Alvarez, 178: 153).

²⁰ É de lembrar a coincidência do conde Guterre Mendes ter também escolhido afastar-se da costa atlântica, escolhendo residência em Salas (Santo Tirso). Aí viveria com Ilduara por volta de 907 – ano do nascimento de S. Rosendo – quando teve de acudir a Coimbra, presumivelmente para ajudar seu irmão, Arias, contra mais uma tentativa islâmica de recuperar a cidade. O filho mais velho de Hermenegildo Guterres deve ter assumido a tenência de Portucale, em nome do seu progenitor, quando este governava o extenso condado situado, no entender de João Martins Ferreira (2016), entre os rios Douro e Verdugo, já que incluía a *comisso* de Tui.

²¹ Braga fica separada de Guimarães apenas pela serra da Falperra, o chamado «*monte Custodias*» de 1095, sobranceiro à *villa* de Santa Tecla, já no lado de Braga (LF, 326).

Apesar da sede condal se ter transferido para o «*territorio bracharensis*», o receio de investida dos “genios” não diminuiu. A construção do castelo de Guimarães (968) é justificada precisamente desse modo. Na verdade, no mesmo ano, uma poderosa armada aportou à Ria de Arousa, sob o comando de Gundredo, tendo-se os guerreiros vikings internado profundamente em território galego. Saiu-lhes ao caminho o bispo Sisenando, de Iria, que morre no campo de batalha. E uma fonte árabe testemunha a colaboração entre autoridades cristãs e islâmicas, para fazer frente a uma nova armada nórdica, que entrara no Douro a 8 de Julho de 971 (Pires, 2017: 99-101 e 118-23). Mas não se pense que a costa atlântica era apenas visitada por embarcações vikings. Lentamente, a navegação internacional começava a recuperar. Só assim se explica que, no tempo do bispo Froarengo, tenham feito escala em *Portucale* os navios que transportavam colunas e outros materiais de espólio, colhidos em terra árabe, com destino à reconstrução da basílica de Compostela (a. 899). E o rei Ordonho II também aportou ao Douro, com importância comitiva, para visitar o bispo Gomado, que se havia recolhido no mosteiro de Crestuma. Como acima se disse²², M. Carriedo Tejedó estima que tal possa ter ocorrido por volta de 915-917. Também o incremento do culto das relíquias acaba por nos fornecer relatos que mostram contactos a longa distância, com o cruzamento da costa atlântica feito por embarcações cristãs. É o caso de uma passagem da *Crónica Silense*, que dá conta de que no tempo do Rei Casto (791-842) os moçárabes sublevados de Toledo, perante a eminência de uma investida por parte de forças cordovesas, levaram a Arca Santa até à costa, em segredo, e a transportaram por barco «ad portum Asturiae», que o cronista denomina «*Subsalas*» (González García, 2014: 241). E o périplo atlântico, de ligação entre o Mediterrâneo e a Bretanha, é-nos igualmente descrito através das transferências das relíquias de S. Mauro de Parenzo e do apóstolo S. Mateus. A propósito destas últimas, conta-se que terão sido levadas primeiro da Etiópia até à península da Armórica (Gália), no ano 855, e décadas mais tarde uma frota italiana tê-las-á transportado à Lucânia, donde finalmente foram transferidas para Salerno. É de salientar a alusão de que os marinheiros que disso se encarregaram, as fizeram aportar «a pretexto de mercadoria, como fora habitual» (*quidam viri nautici, mercimonia causa, ut solita fuerant, applicuerunt*). Esta nota parece mesmo revelar que se trataria de um

²² V. nota 15.

navio mercante, cuja tripulação já estava habituada a viagens de longo curso (Cassard, 1988: 31, 36). Tendo em conta as dificuldades que a navegação atlântica implicava, naquela época, é bem provável que o bem resguardado ancoradouro de *Portucale* tivesse desempenhado uma função de escala quase obrigatória para embarcações “amigas”. Mas deve acrescentar-se que não estarão também ausentes de águas nortenhas as esquadras omíadas, com missões de patrulhar a costa (Picard, 1997: 75-6, 81, 348)²³. E a crescente importância da posição atlântica de *Portucale* e do Douro navegável, é confirmada pela estratégia concebida por Almançor, para reunir as suas tropas, vindas por terra e por mar, nos preparativos do ataque a Santiago de Compostela, no ano de 997.

O condado de *Colimbria* entra então em colapso e o governo de *Portucale*, que, nas últimas décadas se havia enredado nas lutas políticas pelo trono leonês, consegue apesar de tudo sobreviver, graças ao conde Mendo Gonçalves. Este mantém o prestígio da estirpe, enquanto tutor do príncipe herdeiro, mas vê-se confrontado com um período de grande turbulência, a começar pelas lutas que precederam a ascensão de Afonso V ao trono de Leon. Chegou a perder temporariamente o castelo da Maia, para Veila Gonçalves, no rescaldo da incursão de Almançor (Mattoso, 1981: 145-7). E tem-se levantado suspeitas sobre as razões da sua morte, em 1008. Entretanto, as algaras muçulmanas terão continuado, como aquela de 1009 contra a *Yilliqiyya*, sob o mando de Abd al-Rahman Sanyul (Pérez, 2014: 82). E os normandos prosseguiram as suas depredações ao longo da costa, duvidosamente em 1008, mas com grandes estragos no maior ataque conhecido para a região, entre Julho de 1015 e Março de 1016²⁴. Nessa altura, chegaram a entrar no Douro

²³ Dispensamo-nos de citar exemplos de peças de origem muçulmana encontradas no norte da Europa, cujos meios de transmissão podem ter sido diversificados. Porém, merece salientar-se a notícia de que, no séc. IX, foi avistado junto à ilha de Yeu, na Bretanha, um «enorme» navio sarraceno (Cassard, 1988: 31). Do mesmo modo que embarcações islâmicas visitavam zonas de influência cristã, ocorrem também viagens no sentido inverso, como o do peregrino Fidelis, que terá partido da Irlanda por volta do ano 800 d. C. e, depois de passar por Itália, visitou o Egito e Jerusalém, para finalmente regressar às Ilhas Britânicas (McCormick, 2001: 911).

²⁴ A este respeito veja-se o recente estudo sobre as incursões vikings no norte de Portugal, onde os autores realçam a sua particular atracção pelo território entre os rios Douro e Ave, assim como a possibilidade da Mota de Adalfo, em Perafita (Matosinhos), poder estar relacionada com um temporário assentamento normando (Marques *et al.*, 2018: 152, 176-8).

e, durante nove meses, pilharam e fizeram cativos em razias praticadas desde *Portucale* até ao rio Ave. Passado muito pouco tempo, a 6 de Setembro, voltam à foz do Ave e atacam o castelo de Vermoim, o que terá sido fatal para o conde Alvito Nunes, já que no ano seguinte há notícia de um novo conde (Pires, 2017: 117-26).

Finalmente, a nobreza Portucalese vê-se envolvida no processo da reconquista leonesa, tendo como foco o condado de Coimbra. É assim que um descendente de Vímara Peres, o conde Mendo Luz, irá reconquistar Montemor-o-Velho, pouco antes de 1019. A referida praça volta a ser perdida pouco tempo depois e caberá ao senhor da Maia, Gonçalo Trastemires, em 1034, o mérito da conquista definitiva de Montemor para o lado cristão, vindo a facilitar o assalto final a Coimbra (Mattoso, 1981: 110, 209-10).

Entretanto, no meio de tantas incertezas, a vida seguia o seu curso no burgo Portucalese e seu entorno imediato. Enquanto a diocese de Braga mantinha vazia a cátedra episcopal, no Porto, após um período em que se desconhece o nome dos seus bispos²⁵, estão documentados vários prelados na primeira metade do século XI: Afonso? (1018), Énego (1024-1028), Fernando? (1033) e Sisanando (1049-1075?)²⁶. É possível que a revitalização da vida eclesiástica na região se tenha ficado a dever ao esforço do rei Afonso V, de Leon, para reverter a anarquia criada pelas incursões de Almançor (Marques, 2017: 179). É também este monarca que levará os exércitos cristãos a cercar Viseu e tomar Montemor. O recrudescimento da luta pela posse da faixa territorial entre o Vouga e o Mondego levará o abade da Vacariça e refugiar-se no Norte. Ele irá ser acolhido no mosteiro de Leça, a partir do qual será estabelecida uma federação monástica entre vários cenóbios “portucalese”, dos quais, além de Leça, são conhecidos os de Anta, Vermoim e Aldoar (Mattoso, 2002: 293). A acção de Tudeildo, continuada pelo seu sucessor em Leça, o abade Randulfo, e pelos demais priores confederados²⁷, demonstra como, no meio de tanta

adversidade, a hierarquia eclesiástica se mantinha mobilizada, ensaiando experiências congregadoras e de desenvolvimento territorial. Um papel importante terá sido desempenhado pelo bispo portuense Sesnando (1049-1075?), cuja possível ligação à emergente estirpe dos Ribadouro²⁸ atesta bem a aliança entre a nobreza regional e a Igreja, na reorganização do condado, após as terríveis provações que este atravessara nas últimas décadas²⁹. No dizer de André E. Marques, o bispo D. Sesnando «esteve presente nos concílios de Coyanza (1055) e Compostela (1056 ou 1059?), cujas normas – comprometidas com a tentativa de repor a tradição visigótica de um forte controlo episcopal sobre os mosteiros da diocese – se terá esforçado por implementar. Vemo-lo assim a receber uma profissão monástica (de Velino, fundador do mosteiro de Pendorada), consagrar uma igreja abacial (do mesmo cenóbio), defender o padroado de um mosteiro (Soalhães), consentir na eleição de um abade (de Vairão)» (Marques, 2017: 178).

Ao reportarmo-nos à actual área urbana do Porto, verifica-se que a malha de povoamento se foi densificando ou, pelo menos, que começa a constar da documentação um cada vez maior número de lugares (Figura 14): recrudescem as referências a Aldoar (oito vezes até ao final do século) e surgem menções a Gondarém (*Canderedi villar*, 1021 – LP 142), Paranhos (*hereditate de Paramio*, 1035 – LP 184), Cauno, Vilar e Lordelo (pesqueiras – *idem*), Campanhã (*villa Campaniana*, 1058 – DC 409), Cedofeita (*Sancti Martini de Citofacta* – 1087: LF 602), *Revelles* (em Aldoar «discorrente rivulo Lanar», 1099 – LP 125), etc. Outros topónimos, como Cantareira (*Cantararia*), Contumil (*Gontemir*), Foz do Douro (*Focem Dorii*), Lordelo (*Loordelo*), Massarelos (*Mazarelos*), Nevogilde (*Louvigildus*), ou Requesende (*Requisendi*), que aparecem já mencionados nos sécs. XII-XIII, devem ter origem anterior, confirmando a acentuada dispersão do povoamento rural.

Entretanto, a degradação do governo foi-se acen-

²⁵ Entre 881 e 959 estão documentados os bispos Justo, Froarengo, Hermogio, Ordonho, Visando(?) e Diogo (Carriedo, 1998-99: 343). Segue-se um largo período em que se desconhece o nome de bispos do Porto. A partir de final do século é bem provável que tenha tido influência a anarquia que se seguiu às campanhas de Almançor. Mas, anteriormente, a ausência documental pode ser fortuita, não obstante também se tratar de um período de grande instabilidade política para o reino leonês.

²⁶ *Idem*: 342 e Marques, 2017:177, n. 50.

²⁷ Conhece-se o nome do abade Pedro, de S. Martinho de Anta (Espinho). Este mosteiro situava-se na Terra de Santa Maria,

a qual fazia parte da diocese do Porto, apesar de disputada pelos bispos de Coimbra.

²⁸ O mesmo se dirá do antecessor Énego, ambos possivelmente irmãos de Mónio Viegas (Marques, 2017: 178, n.52)

²⁹ Se é certo que se parece visível uma certa proximidade entre algumas famílias agora em ascensão e a Igreja local, é notória já a emergência de certa conflitualidade com a velha aristocracia portucalese, por exemplo, na tentativa da condessa Ilduara de se apoderar da igreja de Aldoar, com a oposição do abade Tudeildo. Ela vê-se obrigada a renunciar ao seu intento, em 1041, e a confirmar ao mosteiro de Leça a respectiva posse (LP, 363).



Figura 14 – Principais locais de interesse para a ocupação alto-medieval referidos no texto.

tuando, não apenas devido às dificuldades causadas pelas incursões normandas e muçulmanas, mas também devido à morte prematura do conde Mendo Gonçalves, à qual se sucederam anos em que o poder passou a ser exercido por mulheres e crianças, situação que se agravaria com a própria evolução política do reino leonês. A subida ao trono de Fernando Magno, contrariada por sectores da nobreza tradicional, fez com que este se procurasse apoiar em famílias de condição nobiliárquica intermédia, que aproveitaram o momento para subir na hierarquia e se aproximar da Corte. Não é por acaso que, durante os preparativos para a reconquista das Beiras, o rei tenha vindo pessoalmente angariar apoios em terras da família da Maia, ficando na «*sua villa*» de Touguinha, em 1053, onde julgou questões relativas à posse de bens reclamados por Gonçalo Viegas, em Beiriz (DC 384). É provável que tenha estado também no Porto, onde exercia influência a linhagem emergente dos de Ribadouro, que deve ter proporcionado dois bispos à diocese, já referidos, e detinha interesses patronais no mosteiro de Cedofeita, em que um dos patronos foi Egas Ermiges (1071-1095), o futuro governador de Anegia-Arouca e Lamego³⁰.

Chama a atenção o facto de o nome do conde Nuno Mendes estar ausente dos relatos da reconquista de Coimbra, que tão marcante foi para o futuro do Condado Portucale. Fica a ideia de que o conde estaria agastado com o entendimento existente entre

o monarca e alguma nobreza de segunda linha, que, aos poucos, estava a engrandecer o seu património e a ocupar cargos por nomeação régia, sobre os quais Nuno Medes sentia direito tutorial. A autoridade do conde estava a ser posta em causa, mas este não se sentiria com forças suficientes para afrontar o poderoso rei leonês. Todavia, julgou encontrar oportunidade de se afirmar após a morte deste último, quando o Reino foi dividido pelos filhos. Ao primogénito coube a Galiza, na qual estava inserido o condado de *Portucale*. Avisado decerto das intenções do conde Nuno Mendes, o rei Garcia atravessou o rio Minho, com a intenção de tomar Braga, onde a família condal estanciará no seu paço de Nogueiró. Reunindo as forças que lhe eram fiéis, o conde tentou fazer frente ao exército galego, em Pedroso, já na margem esquerda do Cávado e às portas da cidade. Porém, o encontro foi fatal para Nuno Mendes, que é morto no campo de batalha (Mattoso, 1982: 13-5, 20-1 e 34-5; Gouveia, 2013: 153-87). Com ele desaparecia a dinastia condal que, durante século e meio, governou o território de *Portucale*.

Deve-se ao rei Garcia a decisão política de restaurar a diocese de Braga, vista certamente como um instrumento para pacificar e reorganizar o território Portucale, cuja administração estava fragilizada. Esta iniciativa teve consequências para a diocese do Porto, que, após o falecimento do bispo Sessando, conheceu um prolongado período de sede vacante, talvez com o intuito de favorecer a consolidação da antiga catedral arquiépiscopal. A Igreja portuense passou a ser representada por um Arcediago³¹, mas sob a autoridade do prelado bracarense. É neste contexto que, em 1087,

³⁰ Embora não seja decisivo para comprovar a passagem de Fernando Magno pela região do Porto, há a referir que o documento original daquele acto público veio a ingressar no vizinho mosteiro de Pedroso, que nos finais do séc. XI estava na posse dos senhores de Marnel, estirpe a que pertencia Gonçalo Viegas.

³¹ Conhecem-se, nesta função, os nomes de Galindo Alvites e Rodrigo Bermudes (Marques, 2017: 180).

o bispo D. Pedro de Braga virá presidir à sagração da renovada igreja de Cedofeita. Desta fase conserva-se ainda a arcaria cega da capela-mor, em estilo proto-românico (Figura 8). Após a resignação compulsiva de D. Pedro, a tutela deve ter transitado, temporariamente, para o bispo conimbricense, D. Crescónio, o qual veio sagrar a igreja monástica de Pendorada e confirmou a eleição do abade Gaudemiro, de Santo Tirso, que se deslocara a Coimbra para receber a bênção abacial. Sublinhe-se que o múnus episcopal deve ter sido acompanhado de outras medidas organizativas, como a suposta preparação de um Censual, para registo das rendas eclesiásticas e hoje desaparecido (Marques, 2017: 179 e 183), assim como a aquisição de livros litúrgicos. Destas iniciativas, resta-nos um único testemunho material, nos quatro fólhos de um velho Antifonário, em pergaminho, reaproveitados como capa de um caderno do séc. XVI, do cartório da Câmara, que, na altura, funcionava ao lado da Sé (Figura 15). Ele apresenta a notação musical e os textos correspondentes aos ofícios de Santa Cecília (22 de Novembro) e de S. Saturnino (29 do mesmo mês) e, segundo M. Díaz y Díaz, pertencerá aos últimos decénios do séc. XI, ou, quando muito, aos primeiros anos do século XII (Díaz y Díaz, 1983: 438-9).

Em suma, ao findar do século XI e no virar da centúria, *Portucale* encontra-se à mercê das vicissitudes da política leonesa, com especial incidência no plano eclesiástico. Primeiro, através do esvaziamento dos poderes do seu episcopado. E no segundo decénio do séc. XII, pelo contrário, com o inesperado reforço da respectiva autonomia, em nome dos interesses do poderoso arcebispo de Compostela, Diego Gelmírez. A nomeação de D. Hugo (1112/1113), se é certo que tinha como objectivo criar uma frente “portugalense” contra as ambições da sede arquiépiscopal de Braga, acabou por se transformar no início de um processo de afirmação do burgo³², que se reorganizará do ponto de vista institucional e assistirá a um inusitado desenvolvimento urbanístico e comercial, lançando o germe de reivindicações sociais que virão, mais tarde, alterar a própria dinâmica da gestão administrativa da cidade.

³² O bispo D. Hugo era originário da Borgonha. No seu tempo ter-se-á intensificado a colonização de francos na região do Porto, como o comprovam vários topónimos documentados no século XIII, como a *Rua Francisgena*, no interior do burgo, ou as «villas» de *Francus* (Francos) e *Ramhualdus* (Ramalde).

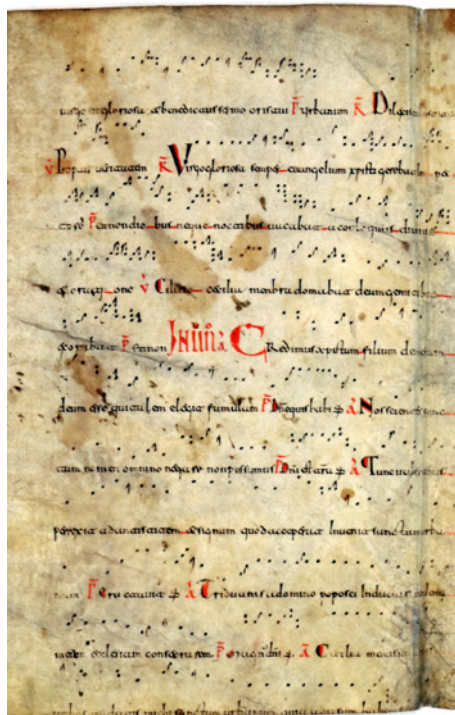


Figura 15 – Fólho de um Antifonário anterior à restauração da diocese do Porto, que terá pertencido à Sé e foi reutilizado como capa de um livro da Almotacaria da Cidade. Foto: DMAH-CMP.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais

BF – *Le Cartulaire du Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI^e-XII^e siècles)* (Introduction et notes de Robert Durand). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

CA – Crónica Albeldense: In: *Cronicas asturianas* (Introdução e ed. crítica de Juan Gil Fernández; trad. de José L. Moralejo; estudio preliminar de Juan Ruiz de la Peña). Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1985, p. 151-188 e 223-263.

DC – *Diplomata et Chartae. Portvgaliae monvmenta historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...* *Diplomata et Chartae*. Olisipone : Typis Academicis, 1868-1873.

DR – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios* (Introdução diplomática e notas por Rui de Azevedo), vol 1, tomo 1. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958.

ES – FLOREZ, Henrique – *España Sagrada*, 2^a ed., v. 14, Madrid: Of. de Pedro Marin, 1786.

LF – *Liber Fidei Sanctae Bracarenis Ecclesiae*. Ed. crítica por Ave-lino de Jesus da Costa; reed. melhorada e ampliada por José Marques, 2 Tomos. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016.

LM – *Livro de Mumadona: Cartulário do mosteiro de Guimarães* (Edição crítica, coord. por Luís Carlos Amaral). In *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série, vol. VII. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016.

LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. (Apres., introd., not. e bibliog. Manuel Augusto Rodrigues; pref. critérios transcrição e aparatos críticos Avelino de Jesus da Costa. Ed. crítica). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

LT – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*. León: Caja España de Inversiones: Archivo Histórico Diocesano de León, 2008.

BRITO, Bernardo de (1690) – *Segunda parte da Monarchia Lusytana. Em que se continuão as Historias de Portugal...* Lisboa: Na Impressão Craesbeekiana [1ª ed., 1609].

Collectio Canonum Ecclesiae Hispaniae ex probatissimis ac pervetustis codicibus. Madrid: Typographia Regia, 1808.

CUNHA, Rodrigo da (1623) – *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, impressor.

IBN HAYAN (1981) – *Crónica del Califa Abdarrahan III na-Nasir entre los Años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*. Trad. de María Jesús Viquera e Federico Corriente. Zaragoza: Anubar Ediciones.

IBN IDARI (1904) – *Histoire de l’Afrique et de l’Espagne intitulée al-Bayano l’Mogrib*. Vol. 1, Ed. de R. Dozy. Vol. 2, trad. francesa e notas de E. Fagnan. Alger: Imprimerie Orientale Pierre Fontana.

‘ISA IBN AHMAD AL-RAZI (1967) – *Anales Palatinos del Califá de Cordoba Al-Hakam II (360-364 H. = 971-975 J. C.)*. Trad. de Emilio García Gomez. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones.

MOLINA, Luis – ed., trad. e estudo (1983) – *Una descripción anónima de al-Andalus = Dikr bilād al-Andalus*. Madrid, Instituto Miguel Asín, 2 v.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (2005) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8 (2). Lisboa, pp. 293-311.

ALARCÃO, Jorge de (2013) – Percursos de Ibn Maruán. *Portugalia*, Nova Série, 34, Porto, pp. 137-49.

ALARCÃO, Jorge de (2015) – Os limites das dioceses suevas de *Bracara Augusta* e *Portucale*. *Portugalia*, Nova Série, 36, Porto, pp. 35-48.

ALARCÃO, Jorge de (2019) – O nome e os lugares de *Portucale*. *Revista de Portugal*, 16. Vila Nova de Gaia: Confraria Queirosiana, pp. 8-15.

ALMEIDA, Fortunato de (1967) – *História da Igreja em Portugal* (Nova edição [3ª] preparada e dirigida por Damião Peres). Vol. I. Porto: Portucale Editores. Ed. orig. 1910.

AZEVEDO, Carlos Moreira (2001) – Porto, Diocese do. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. P-V, Apêndices. Lisboa: Círculo de Leitores; Univ. Católica Portuguesa, pp. 5-56.

BARBOSA, Pedro; MIRANDA, José (2006) – *Marcas de poder. Moedas visigóticas em território português*. Lisboa: Banco de Portugal.

BARROCA, Mário J. (2016) – Muçulmanos e cristãos no Douro Português (séc. VIII-XI). In: 4^{as} Conferências do Museu de Lamego / CITCEM, p. 33-48. Disponível em: http://www.museude-lamego.gov.pt/wp-content/uploads/2016/12/Atas4asConferenciasML_CITCEM.pdf.

BARROCA, Mário J. (2017a) – Os seis exemplares da *Siliqua* de Requiário. *Nummus*, 2ª série, 40, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 29-45.

BARROCA, Mário J. (2017b) – *Prope litore maris*. O sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (Séc. IX a XII). In: AMARAL, Luis C. (coord) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucale*. Porto: Cabido Portucale; Universidade Católica Portuguesa, pp. 199-243.

BRANDÃO, Domingos P. (1963) – Notas de arqueologia portuense: Novos achados arqueológicos no ‘Morro da Sé’ do Porto. *Lucerna*, 3. Porto, pp. 236-45.

BRANDÃO, Domingos P. (1984) – Inventário de objectos do período da romanização encontrados na cidade do Porto. *Arqueologia*, 10. Porto, 13-8.

CABRAL, J. Peixoto; METCALF, David (1997) – *A Moeda Sueva – Suevic Coinage*, Porto: SPN.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999) – Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927) y su situación a comienzos del siglo XI. *Bracara Augusta*, 48,101-102 (114-115). Braga, pp. 311-401.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel (2013) – La capitulación de la *Gallaecia* visigoda (11 de noviembre de 714?). *Diversarum Rerum*, 8. Ourense, pp. 337-60.

CASSARD, Jean-Christophe (1988) – Les navigations bretones aux temps carolingiens. In *Actes des congrès de de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public (17e Congrès, Nantes, 1986) – L’Europe et l’Océan au Moyen Age*, p. 19-36. Vd. www.persee.fr/issue/shmes_1261-9078_1988_act_17_1.

CLETO, Joel; VARELA, José (2000) – Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica? *Al-madan*. 2ª Série. 9. Almadá, pp. 133-5.

COELHO, António B. (1989) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Caminho. 2 vol.

- CONCEIÇÃO, M. R. (1931) – *Antiguidades Lusitanas ou O desabar dum Êrro Histórico (Origem e fundação da velha Igreja de Cedofeita e seu Mosteiro antiquíssimo)*. Porto: Ed. A.
- CORREA RODRÍGUEZ, Jose A. (2006) – El latín de las monedas visigodas. In: ARIAS ABELLÁN, Carmen (coord.) – *Latin vulgare-latin tardif VII: Actes du VII Colloque international sur le latin vulgare et tardif, (Sevilla, 2-6 septembre, 2003)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 219-42.
- COSME, Susana; ABRANCHES, Paula (2006) – *Intervenção arqueológica na Rua dos Mercadores, nº 116-122. Relatório final*. Perosinho: Arqueo'estudos.
- COSTA, Avelino J. (1997-2000) – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2ª ed., Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- DÍAZ, Pablo C. (2004) – Acuñaición monetaria y organización administrativa en la Gallaecia tardoantigua. *Zephyrus*, 57. Salamanca, pp. 367-75.
- DÍAZ, Pablo C. (2011) – *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal.
- DIAZ Y DIAZ, Manuel (1983) – *Codices visigóticos em la monarquia leonesa*. Leon: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro; Caja de Ahorros y Monte de Piedad; Archivo Historico Diocesano.
- ESCALONA, Julio (2004) – Family memories: Inventing Alfonso I of Asturias. In: ALFONSO, Isabel; KENNEDY, Hugh; ESCALONA, Julio (eds.) – *Building legitimacy. Political discourses and forms of legitimation in medieval societies*. Leiden/Boston: Brill, p. 223-62.
- FERNANDES, A. de Almeida (2001) – *Portugal primitivo medieval*. Arouca: Assoc. Defesa Património Arouquense.
- FERREIRA, J. Augusto (1923) – *Memórias Archeologico-históricas da Cidade do Porto (Fastos Episcopaes e Políticos)*. Séc. VI – Séc. XX. Tomo I. Braga: Cruz & Comp.^a Eds.
- FERREIRA, João P. Martins (2016) – *A nobreza galego-portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GARCIA, Nuno; PEREIRA, Gabriel (2009) – *Sondagens arqueológicas na Rua de Mouzinho da Silveira, 54-56, São Nicolau, Porto. Relatório Preliminar*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda.
- GARCIA ALVAREZ, Manuel Rubén (1978) – Jimeno Diaz y Adosinda Gutiérrez. *Bracara Augusta*, 32 73-74 (85-86), Braga, pp. 143-180.
- GOMES, Paulo Dordio (2005) – Projecto de estudo histórico-arqueológico da Sé do Porto – o cemitério. *Património: Estudos*, 8. Lisboa, pp. 26-34.
- GOMES, Paulo Dordio (2011) – Os Mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto. In: *O mosaico romano nos centros e nas periferias: originalidades, influências e identidades: actas do X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA)*... [Lisboa]: Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 837-47.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Alberto (2014) – La proyección europea del reino de Asturias: política, cultura y economía (718-910). *El Futuro del Pasado: Revista Electrónica de Historia*, 5, [S. l.]. pp. 225-98. Disponível em <<https://www.elfuturodelpasado.com/ojs/index.php/FdP/article/view/182/179>>. Acesso em 10.10.2019.
- GOUVEIA, Mário (2013) – Nuno Mendes (?-1071): o último conde de Portucale. *Revista Portuguesa de História*, 44. Coimbra, p. 153-187.
- GUIMARÃES, Joaquim G. (1989) – Escavações arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 28. V. N. Gaia, pp. 17-25.
- GUIMARÃES, Joaquim G. (1995a) – Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha. Porto: Univ. Portucalense.
- GUIMARÃES, JOAQUIM G. (1995b) – Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia. In: *Actas da IV Reunião d'Arqueologia Cristiana Hispânica* (Lisboa, 1992). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Univ. Nova de Lisboa, pp. 429-41.
- LIVERMORE, Harold (1980) – O Baixo Douro no século IX: A colónia de Mahmud ibn Cabd Al-Djabbar. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, 5, Guimarães: Câmara Municipal, pp. 145-52.
- LÓPEZ PEREIRA, José (1993) – Mármoles romanos de la iglesia de Santiago de Alfonso III: determinación de su procedencia. *Madrid Mitteilungen*, 34. Mainz am Rhein: Verlag von Zabern, pp. 275-81.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004) – *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*. S.l.: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOVELLE, Mónica (1997) – Algunas notas sobre el monetario suevo-visigodo y su importancia para el estudio de las civitas y la red viaria en el Noroeste. *Revista de Guimarães*, 107. Guimarães, pp. 203-18.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (2017) – Deconstruyendo a los bárbaros: entre el mito y la realidad. In: LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de occidente*. Ourense: Deputación provincial, pp. 17-45.
- MANZANO MORENO, Eduardo (1991) – *La frontera de Al-Andalus em época de los omeyas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- MARÇAL, Horácio (1964) – *Castelos e atalaias militares do antigo Julgado de Bouças*. Matosinhos [Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 11, Ago. 1964].
- MARQUES, André (2017) – A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na diocese do Porto (Séculos X-XIV). In: AMARAL, Luis C. (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalese*. Porto: Cabido Portucalese; Universidade Católica Portuguesa, pp. 163-196.
- MARQUES, André; BARROCA, Mário J.; AMARAL, Luís C. (2018) – As incursões vikings no Norte de Portugal. In BARROCA, Mário J.; SILVA, Armando C. F. (coord.) – *Mil anos da incursão normanda ao castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM, pp. 143-184.
- MARQUES, Mário G. (1998) – *A Moeda Peninsular na Idade das Trevas*. Sintra: Instituto de Sintra.
- MATTOSO, José (1981) – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa.
- MATTOSO, José (1982) – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: a nobreza portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães & Cª.
- MATTOSO, José (2002 [1968]) – *O Monaquismo ibérico e Cluny* [Obras completas, 12]. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MCCORMICK, Michael (2001) – *Origins of the European economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MENDES-PINTO, José M. (1999) – Circulação monetária em torno a Cale no Baixo-Império. In CENTENO, Rui; GARCIA BELLIDO, Maria; MORA, G. coord. – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* [Anejos Archiv Español de Arqueología, XX]. Madrid: CSIC, pp. 401-13.
- MOREIRA, Domingos A. (1972) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 35 (1-2). Porto, pp. 141-237.
- MOREIRA, Domingos A. (1973) – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. I Parte – Introdução histórica geral*. [Sep. “Bol. Cult. Câmara Municipal do Porto”, 34, 1971]. Porto: Câmara Municipal.
- MOREIRA, Domingos A. (1984) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica (Fascículo B-F). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 2. Porto, pp. 7-86.
- MOREIRA, Domingos A. (1985-1986) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica. (Fascículo G-O). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 3-4. Porto, pp. 61-157.
- MOREIRA, Domingos A. (1987-1988) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica. (Fascículo P). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 5-6. Porto, p. 7-53.
- MOREIRA, Domingos A. (1989-1990) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Fascículo R-V (Conclusão). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 7-8. Porto, pp. 7-117.
- NASCIMENTO, André; DELGADO, Carlos; SOUSA, Laura (2004) – *Sondagens arqueológicas na Rua das Condominhas, nº 701, Lordelo do Ouro, Porto. Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos*. V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda.
- NASCIMENTO, André; SOUSA, Laura; SILVA, Nuno (2008) – *Intervenção Arqueológica QSA-VNG.07. Quinta de Santo António. Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório de Progresso. 2ª e 3ª Fases*. V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda.
- NOGUEIRA, Sandra; LEMOS, Paulo; COSTA, Rita; SILVA, João (2017) – Alargamento do Hotel Carris Porto Ribeira. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos. *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*. 10. Lousada, pp. 103-20.
- NOGUEIRA, Sandra; LEMOS, Paulo; COSTA, Rita; SILVA, João (2018) – Ampliação do Hotel Carris da Ribeira, Porto. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos. In: HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Noelia; LARRAZABAL GALARZA, Javier; PORTERO HERNÁNDEZ, Rodrigo (coord.) – *Arqueologia en el valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media 6 - Actas de las VI Jornadas de Arqueología del valle del Duero (Oporto, 2016)*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, pp. 428-38.
- NOGUEIRA, Sandra; LEMOS, Paulo; COSTA, Rita; SILVA, João (2019) – *Alargamento do Hotel Carris Porto Ribeira, Porto. Escavação Arqueológica. Acompanhamento Arqueológico. Junho 2015 – Setembro 2017. Relatório Final*. Braga: Ed. dos Autores. Texto dactilog.
- NOVAIS, Manuel Pereira de (1912-1915) – *Collecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa. IV. Anacrisis historial*. 4 vols. Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- OSÓRIO, Maria I., coord. (1993) – *O Porto das mil idades: Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, Gabinete de Arqueologia Urbana.
- PÉREZ MARINAS, Iván (2014) – Aceifas andalusíes e cristianas a través de la mitad sur del valle del Duero, Um estudio quantitativo. *Estudios Medievales Hispánicos*. 3, Madrid, pp. 71-128.
- PICARD, Christophe (1997) – *L’Océan Atlantique Musulman: De la conquête arabe à l’époque almohade: : Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Maisonneuve et Larose; UNESCO.
- PIRES, Conceição (2018) – *Matosinhos do Paleolítico ao Séc. X*. Porto: Seda Publicações.
- PIRES, Hélio (2017) – *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões nórdicas medievais no Ocidente ibérico*. Sintra: Zéfiro.
- PLIEGO VÁZQUEZ, Ruth (2012) – *Gallaecia en tiempos del reino visigodo de Toledo: sus emisiones monetárias*. In: CEBREIRO

- ARES, F. (ed.) – *Introducción a la historia monetária de Galicia (s. II a.C. – XVII d.C.)*. La Coruña: Labirinto de Paixóns, pp. 65-105.
- RAMOS, Joaquim T. (2017) – *Estágio no Solar Condes de Resende. Contributo para o estudo das cerâmicas finas tardias da Igreja do Bom Jesus de Gaia*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RAMOS, Joaquim T. (2020) – Cerâmicas e vidros da antiguidade tardia do edifício sob a igreja do Bom Jesus (Vila Nova de Gaia). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1479-1491. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-251/arqa109>.
- RAMOS, Rui; CARVALHO, José (2020) – O sítio do Rei Ramiro: contributo para o conhecimento das ocupações antigas no Monte do Castelo (Vila Nova de Gaia). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 14 (abr. 2020). Lisboa: Era Arqueologia, SA, p. 67-81. Em linha: http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos.
- REAL, Manuel Luís (1984) – Inéditos de arqueologia medieval portuense. *Arqueologia*. 10. Porto, pp. 30-43.
- REAL, Manuel Luís (2000) – Prato paleocristão. In: *Cristo, fonte de esperança. Exposição do grande Jubileu do ano 2000. (...) Catálogo*. Porto: Diocese do Porto, p. 192.
- REAL, Manuel Luís (2012) – Materiais de construção utilizados na arquitectura cristã da Alta Idade Média, em Portugal. In: MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria Carmo (coord.) – *História da construção: os materiais*. Braga: CITCEM, LAMOP, pp. 89-126.
- REAL, Manuel Luís (2017) – A Sé Catedral do Porto no momento da restauração da diocese e a subsequente reforma românico-gótica. In: AMARAL, Luis C. (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense; Universidade Católica Portuguesa, pp. 49-117.
- REAL, Manuel Luís (2018) – O papel das elites na definição progressiva do território: A sua presença na senhoriação da «Fronteira Beirã» (séculos IX-XI). In: TENTE, Catarina (ed.) – *Do Império ao Reino: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, pp. 297-339.
- REAL, Manuel Luís; OSÓRIO, Maria I. (1993) – A cidade: lugares primeiros. Rua D. Hugo, nº 5. In: OSÓRIO, Maria I., coord. – *O Porto das mil idades: Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, Gabinete de Arqueologia Urbana, pp. 15-24.
- REAL, Manuel Luís; SILVA, António Manuel S. P. (2018) – *Portumcalem Castrum Novum* na época sueva. In: *In Tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585) (...). Volumen de Estudios*. Ourense: Diputación Provincial, pp. 205-10.
- REAL, Manuel Luís; TÁVORA, Maria José; OSÓRIO, Maria Isabel; TEIXEIRA, Filipe (1985-86) – Escavações arqueológicas no Morro da Sé. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª Série (3/4) Porto, pp. 7-60.
- REI, António (2009) – Coimbra e sua região, segundo as fontes geográficas árabes. In ANDRADE, Amélia; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, p. 493-99. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 493-99.
- REI, António (s.d.) – *Cronologia. Gharb al-Andalus (711-1250)*. Disponível em: http://iem.fch.unl.pt/imagens/files/cronologia_gharbalandalus.pdf [Consulta em 15.11.2019].
- RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2020) – Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o *Parochiale Suevorum* e a diocese de *Magneto/Meinedo* (sécs. VI-VII). *Portugalia*, Nova Série, 41. Porto, p. 91-121. DOI: <https://doi.org/10.21747/09714290/port41a5>.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio (1981) – Sobre el acta de consagración de la Iglesia de Compostela em 899. In: *Estudios sobre Galicia en la temprana Edad Media*. La Coruña: Fundacion Pedro Barrie de la Maza, pp. 517-29.
- SILVA, António Manuel S. P. (2010) – Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa. *Gallaecia*. 29. Santiago de Compostela, pp. 213-62.
- SILVA, António Manuel S. P. (2010-2011) – As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico. *Portvgalia*. Nova Série. 31-32. Porto, pp. 43-64.
- SILVA, António Manuel S. P. (2011) – *Prato paleocristão (sécs. V-VI)*. (“Peça do Mês”, Mar., 2011). Porto: Câmara Municipal; DMAH/Casa do Infante, desdob.
- SILVA, António Manuel S. P. (2014) – El Castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidad tardia y la edad media: los retos de un sitio complejo. In: *Las fortificaciones en la taroantigüedad: Elites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, pp. 389-99.
- SILVA, António Manuel S. P. (2017) – As construções do lugar. História(s) e Arqueologia(s) do Centro Histórico de Gaia. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015*. Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EM/Afrontamento, pp. 100-37.
- SILVA, António Manuel S. P. (2020) – O Castelo de Gaia, um sítio arqueológico excepcional e um valor cultural a potenciar. In: Santa Casa da Misericórdia do Porto (coord.) – *Pessoa(s), Arte, Benemerência. IV Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, pp. 519-536, ilust. em extra-texto
- SILVA, António Manuel S. P. (2022) – *Cale* e os *Callaeci*. Territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.

- SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013) – *Castelo de Crestuma: a arqueologia em busca da história*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-Confiraria Queirosiana.
- SILVA, António Manuel S. P.; MORAIS, Rui; PINA-BURÓN, María; PRIETO DE LA TORRE, Roger (2017) – Cerâmica romana importada na foz do Douro: uma escavação arqueológica no Castelo de Gaia (V. N. Gaia, Norte de Portugal). In: ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana; BARREIRA, Hugo – *Genius Loci: lugares e significados; places and meanings*. Vol. 2. Porto: CITCEM-FLUP, pp. 315-31.
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa (2015) – Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal): primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI). In: *Actas do X Congresso Internacional “A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo” (Silves, 22-27 de Outubro de 2012)*. Silves: Câmara Municipal; Campo Arqueológico de Mértola, pp. 401-19.
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa; PINTO, Filipe; SOUSA, Laura; (2015) – O Castelo de Crestuma (V. N. Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da Lusitania. In: QUARESMA, José; MARQUES, J. (coord.) – *Contextos estratigráficos na Lusitania (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 149-67.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela; BARBOSA, Sandra; (2006) – *Rua de Santana, 25. Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*. Porto: Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura; RIBEIRO, Manuela; BARBOSA, Sandra; RODRIGUES, Miguel; (2021) – *Trabalhos arqueológicos na área prevista para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro – Porto. Relatório Final*. Porto: Câmara Municipal.
- TEIXEIRA, Sofia S. (2011) – *INF9.09. Intervenção efectuada no âmbito da construção do Hotel Carris –Ribeira, Porto. Intervenção arqueológica nos Edifícios B e C. Relatório de Progresso*. S.l.: Ed. A.
- TRANOY, Alain (1974) – *Hydace. Chronique*. [Introduction, texte critique, traduction]. Paris: Editions du Cerf.
- VARELA, José; CLETO, Joel (2001) – *Intervenção arqueológica no edifício do Largo do Colégio, nº 9/12 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório dos trabalhos realizados*. Porto: Ed. A.
- VELHO, Martim (1981) – Ibn Marwan (Ibn al-Djilliki) e Sa ‘Dun Surunbâqui. In: PETERS, Rudolph (ed.) – *Proceedings of the 9th Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants*. Leyden: Brill, pp. 270-87.
- VELOSO, João L. (2020) – «*Portucalem Castrum Nouum*». Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o estudo dos materiais cerâmicos alto-medievais do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, n.º 5 (Porto). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1619-1625. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa119>.
- VELOSO, João L. (2021) – *Ocupação e Consumos no Porto através do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, N.º 5 (séculos V-VIII)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- VIGUERA MOLÍNS, Maria (2000) – Entre Douro e Mondego nas fontes árabes medievais. In: SIDARUS, Adel (ed.) – *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, pp. 117-40.
- VITORINO, Pedro (1943) – O Monte de S. Gens. *Douro Litoral*, 6, Porto, pp. 3-9.

ANEXO – CRONOLOGIA COMENTADA SOBRE PORTUCALE (SÉC. V – SÉC. XII)


Anos	Factos/fontes
453-456	Cunhagem em Braga, das duas <i>siliquae</i> de Requiário, encontradas nas escavações arqueológicas da Casa do Infante (Barroca, 2017a, com revisão do tema).
456	Após a derrota com Teodorico, Requiário refugia-se no <i>locum qui portumcale appellatur</i> (Tranoy, 1974, I: 156-7, § 175). Cfr. Alarcão (2005: 304-5) sobre em qual das margens do Douro terá ocorrido a prisão do rei suevo.
457/06	Agiulfo, pretendente ao trono suevo, morre em <i>Portucale</i> (Tranoy 1974; I, 160-1, § 187)
458-459	Às ordens de Maldras, os suevos invadem o <i>Portumcalem Castrum</i> (Tranoy, 1974, I: 160-3, § 190 e § 195).
559/11/12	Data da sagração da igreja de Cedofeita pelo arcebispo Lucrecio, segundo a inscrição de época moderna, existente no templo. (Conceição, 1931: 56-7).
c. 569-631	<i>Portucale</i> é centro emissor monetário no reinado de Leovigildo (c. 569 [585]-586), assim como nos reinados de Recaredo e Liuva II (586-603), voltando aí a cunhar-se moeda no tempo de Sisebuto e Suintila (612-631), opinando Pablo Diaz que este facto significa que a monarquia visigoda respeitou a estrutura eclesiástica e administrativa sueva presente no <i>Parochiale</i> (Díaz, 2004).
[572-582]	<i>A Diuisio Theodemiri</i> ou <i>Parochiale</i> refere como <i>castrum antiquum</i> o aglomerado urbano da margem sul do Douro, de obediência ao bispado de Conimbriga; por sua vez, o núcleo da margem oposta era designado como <i>Portugalense in castro nouo</i> (David, 1947: 34-7, 68).
572	Viator, bispo de Magneto, comparece ao 2º Concílio de Braga em 572 (<i>Collectio canonum...</i> , col. 612), não havendo outra notícia sobre esta figura (Ferreira, 1923: 63). Meinedo (Lousada) é considerada por alguns Autores como uma sé temporária (deslocada do Porto) e por outros como uma diocese diferente, extinta na década de 580 para dar lugar à portugalense (Renzi; Mariani, 2020). Desconhece-se a data da fundação da diocese e do início do episcopado de Viator, mas a diocese <i>magnetensis</i> extinguiu-se antes da redacção do <i>Parochiale Suevorum</i> (onde consta como mera “paróquia” de <i>Portucale</i>) e Viator não terá sobrevivido depois de 585, ano da conquista visigoda, uma vez que o rei Leovigildo impôs um novo bispo ariano (Argiovitto) existindo já um prelado católico na diocese, que era Constâncio (Almeida, 1967 [1910]: 68; Ferreira, 1923: 62, 65; Azevedo, 2001: 5).
589	Ao 3º Concílio de Toledo (589) – onde a diocese « <i>Portugalensis</i> » é mencionada pela primeira vez – foram convocados tanto o bispo católico de <i>Portucale</i> , Constâncio, como o ariano, Argiovitto (<i>Collectio canonum...</i> , col. 358). P. Diaz interpreta a presença simultânea destes bispos em <i>Portucale</i> , com a possibilidade de Argiovitto ser uma espécie de “bispo-capelão”, associado a guarnições godas, enquanto Constâncio assistiria as populações residentes (Díaz, 2011: 247), mas a historiografia portuguesa considera que Constâncio, bispo de <i>Portucale</i> , teria sido afastado por imposição do rei godo Leovigildo, que impusera na diocese um bispo ariano, Argiovitto (Almeida, 1967 [1910]: 68; Ferreira, 1923: 65, 89), levando porventura ao desterro do anterior (Cunha, 1623: 59-60; Almeida, 1967 [1910]: 36). Neste concílio, Argiovitto converteu-se ao catolicismo niceno (<i>Collectio canonum...</i> , col. 346), tendo de seguida sido destituído (Almeida, 1967 [1910]: 68) ou, segundo outros Autores, mantido o seu múnus (ou pelo menos a dignidade) episcopal em simultâneo com Constâncio e sucedendo-lhe após a morte deste (em data desconhecida), pelo menos até 610 (Ferreira, 1923: 65, 72, 89; Azevedo, 2001: 5).
633-638	Ansiulfo, bispo de <i>Portucale</i> , está presente nos 4º e 6º Concílios de Toledo (<i>Collectio canonum...</i> , col. 392, 411; Ferreira, 1923: 78-9).
656	Flávio, bispo de <i>Portucale</i> , assiste ao 10º Concílio de Toledo (<i>Collectio canonum...</i> , col. 464; Ferreira, 1923: 80).
675-688	Froarico, bispo de <i>Portucale</i> , está presente no 3º Concílio de Braga (675) e nos Concílios XII (681), XIII (683) e XV de Toledo, em 688 (<i>Collectio canonum...</i> , col. 636, 503, 525, 554), presumindo J. A. Ferreira que tivesse sido instalado na cátedra portugalense antes de 670 (Ferreira, 1923: 80-1).
693	Félix, bispo de <i>Portucale</i> , participa no 16º Concílio de Toledo, onde é elevado a metropolitano de Braga (<i>Collectio canonum...</i> , col. 580, 583; Ferreira, 1923: 81-4).
fin. 713 – in. 714	No quadro da conquista da <i>Gallaecia</i> por parte dos muçulmanos (março 714), também <i>Portucale</i> terá sido submetido aos invasores (Carriedo, 2013).

- s. VIII** Algaras islâmicas contra a *Yilliqiyya*, de data conhecida, algumas das quais podem ter passado pela região do Porto: 734-5, 750-1, 754-5, 767, 791 (Pérez, 2014: 75).
- 739-757** Informação cronística sobre o rei Afonso I das Astúrias, cuja acção teria chegado a *Portucale*. A veracidade desta informação tem sido posta em causa (Escalona, 2004).
- c.800** O peregrino Fidelis partiu da Irlanda em direcção a Itália, Egipto e Jerusalém, tendo posteriormente regressado às Ilhas Britânicas (McCormick, 2001:911). Teria, seguramente, feito o périplo atlântico da Hispânia, sendo possível que tivesse feito escala em *Portucale*.
- 808-814** Segundo a *Cronica Silense*, a Arca Santa teria sido levada por moçárabes de Toledo até à costa, em segredo, e a transportaram por barco até às Astúrias (González Garcia, 2014: 241-242). A ser verdade, teria passado por *Portucale*.
- 844** Primeira vaga conhecida de vikings, que terão passado em frente à Foz do Douro, não se sabendo se terão aqui feito escala (Pires, 2017: 57-67).
- 855** As relíquias do apóstolo São Mateus teriam sido transportadas por um barco mercante, desde a Etiópia até à Gália, contornando a costa atlântica. Décadas mais tarde, uma frota italiana tê-las-á ido buscar, transferindo-as para a Lucânia, donde finalmente foram transferidas para Salerno (Cassard, 1988: 31 e 36). É bem possível que, nestas três viagens, tais embarcações tenham procurado fazer escala em *Portucale*.
- 858-859** Segunda investida viking, durante a qual foi capturado, pelos normandos, Sa’dun Ibn Fath al-Surumbaqi – senhor do Porto e aliado do rebelde Ibn Marwan de Badajoz – que foi resgatado por um comerciante judeu, segundo Ibn Hayyan, *Al-Muqtabis* III, 23 (González, 2014:245 e 274; e Rei, s.d.).
- 868** Presúria de *Portucale* por Vímara Peres: «*Era DCCCCVIª preñditus est Portugale ad Uimarani Petri*» (“*Chronicon Laurbanense*” in *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, 2008: 591).
- Povoamento de *Portucale* pelo rei Afonso Magno: «*Hurbes quoque I Bracarensis, II Portucalensis, [etc]...a Xprianis populantur*». (CA, p. 176-7 e 255).
- Eduardo Manzano sugere que a presúria teria, sobretudo, o sentido de “enquadramento” desta povoação, então com administração autónoma, dentro do espaço político-administrativo astur-leonês (Manzano, 1991: 197).
- 868-873** Vímara Peres, 1º conde de *Portucale*.
- 874-875** O rebelde Ibn Marwan, cercado pelo exército omíada no castelo de Alanje, pede auxílio a Sa’dun al-Surumbaqi, que então habitava na cidade de *Burtuqal*. Segundo Ibn Hayyân, depois de pedir autorização ao rei Afonso Magno, de quem se tornara vassalo, o muladí al-Surumbaqi partiu para o sul, em auxílio do seu aliado (Manzano, 1991: 191, 196-7). Ver, a propósito, as opiniões diversas de M. Velho (1981), que localiza *Burtuqal* a sul do Douro e de Alarcão (2013: 140), que não discutindo a localização de *Burtuqal* duvida da presença aí de Surumbaqui nessa data.
- 876** Depois de uma expedição a Juromenha, onde se reúne com outro rebelde muladí, Makhul, perde-se temporariamente rasto de Sa’dun al-Surumbaqui. Há um período de trégua, em que Ibn Marwan é autorizado a retirar-se para Badajoz. Porém, as hostilidades reacendem-se e este caudilho volta a pedir a al-Surumbaqui que vá ter com ele ao castelo de *Karkar*, cuja identificação é ainda controversa. Estando ambos aí sitiados, Sa’dun – o senhor do Porto – consegue iludir o cerco e vai atacar Coimbra, cidade governada por berberes aliados do emir. Com a conquista da cidade e, pouco depois, com a derrota que infligiu ao próprio exército omíada, fazendo prisioneiro o príncipe Hisham, Sa’dun abrirá caminho à presúria de Coimbra, em 878, pelo conde Hermenegildo Guterres (Manzano, 1991: 198-202).
- 881-886?** Justo, bispo de *Portucale*, mencionado na Crónica Albedense (Carriedo, 1999).
- 890?-918** Froarengo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-1999).
- a. 899** Com vista à reedificação da basílica de Compostela, o rei Afonso Magno decidiu importar de «terra de mouros», colunas de mármore e outras peças resultantes do espólio de monumentos antigos. Tais peças vieram da cidade de *Eabeca* (designação insólita que, ultimamente, tem sido interpretada como se referindo a Cória). A ser verdade tal interpretação, os materiais terão descido o rio Tejo, em barcas, tendo depois sido transportados por mar até à Galiza e passado pela cidade do Porto. Aqui devem ter feito escala vários navios, com esse carregamento: «*de oppido Portucale ratibus deportatas adduximus*» (López Pereira, 1993; Real, 2012: 110-1).

- 899** Nas actas da sacração da basílica de Compostela figura o conde Hermenegildo Guterres, que aí é designado como conde de Tui e de *Portucale*: *Ermenegildus Tudae et Portucale Comes*. (Sánchez Albornoz, 1981: 517-29).
- S. IX** Cruzamento de navios. Com ou sem utilização do estuário do Douro, o périplo atlântico continua a ser efectuado por navios árabes, italianos, normandos e galaico-asturianos. Nessa centúria foi avistado um grande navio sarraceno junto à ilha de Yeu, junto à foz do Loire. As relíquias de S. Mauro de Parenzo e do apóstolo S. Mateus são levadas para a Bretanha, por mar (Cassard, 1988: 31).
- Passaram em frente à foz do rio Douro – desconhecendo-se se terão, ou não, entrado na barra – várias frotas vikings, nomeadamente em 844 e 859 (Pires, 2017: 55-69). Segundo Hugo Pires, a progressão relativamente lenta da sua navegação para sul (cuja cronologia se conhece com algum pormenor), faz pensar que tenham feito paragens noutros locais hoje desconhecidos.
- Algaras islâmicas datadas contra a *Yilliqiyya*, algumas das quais podem ter passado pela região do Porto: d.801, 807-8, 837-8, 840, 840-841, 865-6, 877-8 (Pérez, 2014: 77-78). A última, por exemplo, foi efectuada «pela porta de Coimbra», pelo que, muito provavelmente, terá passado por *Portucale*.
- 881-886?** Justo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 319 e 343).
- 890?-918** Froarengo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 317-321, 343).
- 903** Cruzamento de navios. Uma frota italiana aporta a Saint Pol de Léon, na Bretanha, para levar as relíquias de S. Mateus até Lucânia, donde mais tarde seguirão para Salerno (Cassard, 1988: 31).
- 910?** Lucídio Vimaranes, filho de Vímara Peres, tem sido relacionado com a administração do condado de *Portucale*, mas tal é difícil de comprovar.
- 923?-927?** Hermógio, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 321-329, 343).
- 922 [1115-16]** Segundo o controverso documento nº 25 dos DC, o rei da Galiza e Leão Ordonho II deslocou-se ao Mosteiro de Crestuma, fazendo generosas doações ao bispo Gomado, que aí residiria. Como o bispo não admitisse deixar o mosteiro para ir ao encontro do rei em *Portugale*, este, com a sua comitiva, «*excitabit naues in Portugale*» para deslocar-se a Crestuma. Segundo Carriedo (1998-99: 379, n.123), esta visita poderá ter ocorrido entre 915 e 917 e o mesmo mosteiro poderá também estar mencionado em 947 (DC, 12), de acordo com J. Mattoso (2002: 53-54).
- 926-943** Hermenegildo Gonçalves, marido de Mumadona Dias, possível conde de *Portucale*.
- 931** Ordonho, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 343).
- 937-938** Visando (?), bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 343).
- 943-950** Após a morte de Hermenegildo Gonçalves, Mumadona Dias terá governado o condado *Portucale*.
- 944-990** 3 documentos referem uma fortificação designada como *Castro ou Monte Mahamudi*, que M. Barroca (2017b: 236-8) propõe ter existido na área de Aldoar, Porto, relacionado com a via *per loca marítima*.
- 944** Refª mais antiga à igreja de São Martinho e São Miguel de Aldoar. Em documentos posteriores só se refere a invocação de São Martinho e em 1044 é localizada *subtus mons custodias* (Moreira, 1972:76). Mattoso dá o mosteiro como praticamente extinto em 1021 (2002: 14).
- 950-999** Gonçalo Mendes, conde *Portucale* (997: *magnus dux Portucalensium*).
- 956?-959** Diogo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 343).
- 968** Carriedo (1999: 332-3) refere que o forte ataque viking á Galiza, neste ano (Pires, 2017: 87-97) teria de algum modo desarticulado as estruturas de poder e impedido a nomeação de novos bispos para *Portucale* neste período.
- 971/07/08** Embarcações viquingues entram no Douro e eventualmente terão pilhado a zona ribeirinha do Porto, mas as fontes (Anais Palatinos de al-Hakam II, nº 11) não fornecem pormenores (Pires, 2017: 99-101).

- 997** Quando a frota de Almançor (a caminho de Santiago) chegou ao Porto, os barcos subiram o rio procurando um ponto de atravessamento para as tropas que vinham por terra, chegando ao qual «as naues serviram de ponte junto ao castelo [o de Gaia] que se erguia naquele ponto» (Ibn Idari (al Marrakusi), *al-Bayān al-mughrib*, uma crónica árabe datada de cerca de 1312 (*Histoire de l'Afrique...* 1904. Usamos a tradução de Coelho, 1989, II: 190).
- Segundo a mesma fonte, tomando de Ibn Hayyan, «cuando llegó Almanzor a la ciudad de Glisiya [se refiere a Porto...], vinieron junto él un gran número de condes [*al-qawamis*, pl. de *qumis*: comes] que se mantenían em su obediência, [acudiendo] com sus hombres y com su mayor pompa, marchando com el ejército de los musulmanes, yendo com ellos em la expedición» (Viguera, 2000: 130).
- 999-1008** Mendo II Gonçalves, conde *Portucale*se.
- S. X** Algaras islâmicas contra a *Yilliqiyya*, algumas das quais podem ter passado pela região do Porto: 943-4, 947?, 950-1, 951-2 (quatro vezes), 957, 964, c. 965-6 (Pérez, 2014: 79-81).
- 1008-1016** Alvito Nunes, conde de *Portucale* (em conjunto com Tutadona Dias, esposa de Mendo II).
- 1009** Algara islâmica contra a *Yilliqiyya*, comandada por Abd al Raahman Sanyul, não se sabendo se passou pela região do Porto (Pérez, 2014: 81).
- 1015/07 a 1016/03** Durante 9 meses os *Normandos* (Viquingues) entraram no Douro e saquearam o território entre o Douro e o Ave, no que terá sido o maior ataque viquingue às costas *Portucale*enses; terão montado uma base algures no Baixo Douro, onde invernaram (doc. do mosteiro de Moreira, cit. Em Pires, 2017: 118-123).
- 1016/09/00** Em setembro de 1016, os nórdicos atacaram e terão destruído o Castelo de Vermoim (Famalicao), o que significa que continuavam ainda ativos na região (Pires, 2017: 123-6).
- 1016-1028** Nuno Alvites, conde de *Portucale*.
- 1018** Afonso (?), bispo de *Portucale*? (Carriedo, 1998-99: 342).
- 1024?/ 1025-1028** Énego ou Iñigo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 342).
- c. 1026** Um documento dos PMH, de 1026, regista compensações pelo resgate de duas mulheres feitas cativas pelos nórdicos, o que sugere que por essa altura poderão ter existido novos ataques, desta vez à margem sul do Douro (Pires, 2017: 143-6).
- 1028-1050** Mendo Nunes, conde de *Portucale*.
- 1033** Fernando?, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 342).
- 1035** Primeira refª ao lugar de *laurdello* (Lordelo), mas à igreja – *sancti Martini de loordelo* – apenas em 1222 (Moreira, 1985-1986: 104).
- 1049-64 ou 1075?** Sesnando, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 342; Mattoso, 2002: 58; Marques, 2017: 177, nota 50).
- 1050?- 1071/02** Em fev. de 1071, morte de Nuno Mendes, o último conde de *Portucale* (na batalha de Pedroso, Braga, contra Garcia II, rei da Galiza e *Portucale* (Gouveia, 2013).
- 1058** 1ª refª à *uilla azebeto*, em Campanhã (Moreira, 1972: 236).
- 1058** 1ª refª ao *monasterio fundato in uilla campaniana (...)* in *sancte maria ipsius iglesie* (Moreira, 1984: 28). O topónimo é anterior (994, *ribulum campaniana*) na mesma fonte.
- 1059** Refª à igreja de São Martinho do Porto, em Campanhã, antecessora da atual matriz (Moreira, 1973: 156-7, com fontes e bib.).
- 1065-1071** Unificação de *Portucale* com o Reino da Galiza. Garcia II é o 1º rei.

- 1071-1072** Sancho II, rei de Leão, Castela e Galiza (incluindo o condado Portucalense).
- 1072** «*asisterio sancto salbatoris et sancto iacobu apostolo sancta maria uirginis qui est fundata uilla campaniana*»; e em 1084 o mesmo mosteiro é dito sob invocação de *sancto christoforo et sancta maria* (Moreira, 1984: 29).
- 1072-1093** Afonso VI, rei de Leão e Castela, e também da Galiza, governa o condado.
- 1075-1091** Pedro, bispo de *Portucale*, também bispo de Braga [não reconhecido na cronologia oficial da diocese; informação muito incerta – cfr. Marques, 2017: 179].
- Mead. déc. 1080** A diocese do Porto está sob administração de um arcediogo da arquidiocese de Braga (Marques, 2017: 179, com bib.).
- 1087** 1ª refª a *Sancti Martini de Citofacta*, Cedofeita (LF 602; Moreira, 1984: 44), um templo presumivelmente monástico e de origem anterior. Nesta data, a igreja é sagrada pelo bispo de Braga, D. Pedro, decerto na sequência de uma reedificação arquitectónica. Nessa ocasião é-lhe entregue o dote canónico, por membros de duas famílias patronais (os Ribadouro e os senhores de Grijó), da qual fazem parte Egas Ermíges, Ero Soares e mais dez indivíduos da respectiva parentela (Costa, 1997-2000: v. 2, p.411-2; Mattoso, 1981: 187-8, 233-4; Mattoso, 1982: 73).
- 1088** *Uilla paramio* (Paranhos), mas *sancti ueriximi de paramio* apenas em 1123 (Moreira, 1987-1988: 27).
- 1093-1096** Raimundo governa o condado Portucalense.
- 1096-1112** Henrique governa o condado Portucalense.
- Séc. XI** Cruzamento de navios: embarcações vikings passam em frente ao estuário do Douro, em c. 1026 (atacando em Sª Mª da Feira) e a. 1086 (fazendo reféns na zona de S. Julião de Mondego) (Pires, 2017: 143-146 e 152).
- Fins s. XI** Fragmento de Antifonário reutilizado como capa de um *Livro da Despesa e Receita das portas e postigos de 1567*, do Arquivo Municipal, cuja sede ficava, à época, defronte da Catedral. Contem uma parte do ofício de Santa Cecília, de 22 de Novembro, e o ofício integral de S. Saturnino, de 29 do mesmo mês (Diaz y Diaz, 1983: 438-9).
- 1112/1113** Nomeação de D. Hugo, colaborador de D. Diogo Gelmirez, como bispo de Porto.
- 1120** Campanhã: *ecclesia sancti petri e Rotundella e Busto e castro quod a vulgo dicitur Luneta*, que em 1124-1158 se especifica: *sancta maria de campanaam (...) sub castro quod appellatur gondemar et ex parte castro de luneta* (Moreira, 1972: 236).
- Séc. XII** Seg. al-Idrisi o caminho por terra desde Coimbra a Santiago de Compostela, depois de passar as alcarias de Abo e *Wutayro*, «corta entonces a lo ancho la tierra de Portugal durante um dia, [hasta encontrar] allí la alquería de Villaboa de Quires (*Buna Qar*) [poderá ser confusão com Gaia], a orillas del río Duero, que es el río de Zamora, que por allí se atraviesa en embarcaciones dispuestas para cruzarlo» (Viguera, 2000: 123).



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2022

www.arqueologos.pt